

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS TECNOLÓGICAS
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

MARIA TERESA DE MORAES SANTOS

**A CORPOGRAFIA URBANA DA MULHER: análise da estrutura urbana como
influência na violência de gênero no bairro da Praia Grande sob a ótica da
Cartografia Social**

São Luís
2018

MARIA TERESA DE MORAES SANTOS

A CORPOGRAFIA URBANA DA MULHER: análise da estrutura urbana como influência na violência de gênero no bairro da Praia Grande sob a ótica da Cartografia Social

Monografia apresentada junto ao Curso de Arquitetura e Urbanismo apresentado à Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, para a obtenção de grau em Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Prof. Dra. Rose France de Farias Panet

São Luís
2018

Santos, Maria Teresa de Moraes.

A corpografia urbana da mulher: análise da estrutura urbana como influência na violência de gênero no bairro da Praia Grande sob a ótica da Cartografia Social / Maria Teresa de Moraes Santos. - São Luís, 2018.

70 f.

Orientador (a): Prof. Dr^a Rose France de Farias Panet.

Monografia (Graduação) – Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual do Maranhão, 2018.

1. Violência de gênero. 2. Urbanismo de gênero. 3. Cartografia social.
I. Título.

CDU: 711.4:316(812.1)

MARIA TERESA DE MORAES SANTOS

A CORPOGRAFIA URBANA DA MULHER: análise da estrutura urbana como influência na violência de gênero no bairro da Praia Grande sob a ótica da Cartografia Social

Monografia apresentada junto ao Curso de Arquitetura e Urbanismo apresentado à Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, para a obtenção de grau em Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Aprovado em: ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Rose France de Farias Panet (Orientadora)
Universidade Estadual do Maranhão

Prof. Dra. Ingrid Gomes Braga
Universidade Estadual do Maranhão

Msc. Lena Carolina Andrade Fernandes Ribeiro Brandão
Arquiteta e Urbanista

Dedico este trabalho a todas as mulheres que resistem diariamente às opressões impostas pela sociedade patriarcal em que vivemos.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus pela saúde, pelo amor, cuidado e proteção. Por me ajudar a superar todos os meus medos, angústias e aflições. Agradeço porque sei que nunca me abandonarás e por me abençoar com muito mais do que mereço.

Aos meus pais e padrastos, pelo amor incondicional, por todas as oportunidades que me foram concedidas, por darem as suas vidas para que eu pudesse chegar a onde estou, por me mostrarem a importância da justiça e do amor ao próximo e por me ensinarem a sempre lutar por um mundo melhor. Sem vocês eu nada seria.

Aos meus irmãos, pela motivação diária, e por serem o meu porto seguro nos momentos de aflição. Amo vocês com todo o amor que cabe em mim.

Aos meus avós, tios e tias, primos e primas, pela força e motivação, por todos os ensinamentos e pela compreensão nos momentos de ausência.

Ao meu namorado, Lucas Lucena, por me amar e me aceitar do jeito que sou, com todas as imperfeições que tenho. Agradeço pela paciência e pelo companheirismo. Gratidão pela história que construímos nesses seis anos juntos e por tudo que ainda vamos construir. Te amo.

Aos meus amigos, meus irmãos de alma, agradeço pela paciência, pelo companheirismo, e por proporcionarem momentos de alegria e descontração, por me ensinarem tanto, todos os dias.

Aos amigos de faculdade, meus companheiros nessa intensa jornada, agradeço pelas dores e alegrias compartilhadas nesses cinco anos na FAU.

A minha orientadora, Rose, pelos ensinamentos que me destes, por sempre acreditar em mim, pela paciência, e por me mostrar que tudo sempre dá certo no final.

Agradeço a todos aqueles que me deram a oportunidade de estagiar e assim complementar a minha formação profissional: Jefferson, Allana, Karina, Larissa e Mylena.

Agradeço a todos os professores e funcionários da Fau, pela dedicação e pelo conhecimento compartilhado.

Agradeço a todas as jovens mulheres da FAU que cederam um pouco do seu tempo para ajudar a construir parte desse trabalho: Andrea, Duda, Emilly, Gabriela, Ingrid, Julia, Juliane, Lucia, Mayara, Myrla e Raynara.

“Essa cidade precisa ser de fato cuidada, e a gente sabe que não está sendo. Os nossos corpos, o nosso transitar, a nossa mobilidade sempre fica ameaçada.”

Marielle Franco

RESUMO

O presente trabalho visa analisar a corpografia urbana da mulher, em especial no espaço urbano da Praia Grande. Busca-se também, compreender a influência do urbanismo na ocorrência dos crimes de gênero, além de trazer premissas urbanísticas sob a perspectiva de gênero que possam colaborar para uma cidade mais segura e democrática. Em face disto, foi necessário compreender o processo responsável por gerar a violência de gênero. Foi imprescindível também ter o entendimento sobre o que é tornar-se mulher no Brasil, visto que as mudanças no papel social da mulher vêm quebrando paradigmas diariamente. Para tanto, utilizou-se da cartografia social como procedimento metodológico para que fosse possível compreender a dinâmica estabelecida pelas mulheres no campo empírico citado. Essa cartografia social foi realizada com a colaboração de alunas da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UEMA, com as quais se elaborou mapas participativos e perceptivos.

Palavras-chave: Violência de gênero. Urbanismo de gênero. Cartografia social.

ABSTRACT

This work seeks to analyze the urban corpography of women, especially in the urban space of Praia Grande. It also seeks to understand the influence of urbanism upon the occurrence of gender crimes, in addition to bringing urbanistic premises under the light of a gender perspective that collaborate for a safer and more democratic city. In light of that, it was necessary to understand the process responsible for generating gender violence. It was indispensable to comprehend what it means to become a woman in Brazil, given that the changes in the social role of women have been breaking paradigm on a daily basis. In order to do that, social cartography was used as a methodological procedure so that it would be possible to comprehend the dynamic established by women on the field aforementioned. Such a social cartography was made with the collaboration of students from the Architecture and Urbanism School of UEMA, with whom participative and perceptive maps were elaborated.

Keywords: Gender violence. Gender urbanism. Social cartography.

LISTRA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|--|----|
| Gráfico 01 - Número de DEAM's por estado..... | 23 |
| Figura 01 - Greve geral de 1917..... | 28 |
| Figura 02 - Reunião da Federação Brasileira do Progresso Feminino (FBPF) em 1930 nos Salões do Automóvel, no Rio de Janeiro..... | 29 |
| Figura 03 - Traçado em malha ortogonal de São Luís..... | 36 |
| Figura 04 - Rua Portugal..... | 37 |
| Figura 05 - Vista Superior da Praça Nauro Machado..... | 39 |
| Gráfico 02 - Violência contra a mulher na região central de São Luís entre os anos de 2014 a 2018..... | 40 |
| Figura 06 - Garotas durante a oficina de mapas participativos..... | 43 |
| Figura 07 – Final da Rua da Estrela..... | 49 |
| Figura 08 - Avenida Henrique Leal..... | 52 |
| Figura 09 - Praça Nauro Machado..... | 55 |
| Figura 10 - Rua 28 de Julho..... | 58 |
| Figura 11 - Rua do Deserto..... | 60 |
| Figura 12 - Casarões da Praia Grande..... | 61 |
| Figura 13 - Terreno sem uso na Avenida Senador Vitorino Freire..... | 62 |

LISTA DE MAPAS

| | |
|---|----|
| Mapa 01 - Mapa de parte do centro histórico de São Luís que foi fornecido para a realização da oficina..... | 42 |
| Mapa 02 - Mapa produzido pelo grupo 01: Eduarda, Emilly, Gabriela, Julia, Myrla..... | 44 |
| Mapa 03 - Mapa produzido pelo grupo 02: Ingrid, Juliane, Mayara e Raynara..... | 44 |
| Mapa 04 - Mapa produzido pelo grupo 03: Andrea, Lucia e Maria Teresa..... | 45 |
| Mapa 05 - Mapa de percursos..... | 46 |
| Mapa 06 - Mapa de polos atrativos de pessoas..... | 47 |
| Mapa 07 - Mapa de má iluminação..... | 48 |
| Mapa 08 - Mapa de sensação de insegurança..... | 50 |
| Mapa 09 - Mapa de relatos de violência..... | 51 |
| Mapa 10 – Mapa de concentração da diversidade uso..... | 57 |

LISTA DE SIGLAS

| | |
|---------|--|
| CIOPS | Centro Integrado de Operações de Segurança |
| DEAM | Delegacias Especiais de Atendimento a Mulher |
| FAU | Faculdade de Arquitetura e Urbanismo |
| FBPF | Federação Brasileira do Progresso Feminino |
| INCRA | Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária |
| IPHAN | Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional |
| NBR | Normas Brasileiras |
| NEG | Núcleo de Estudos em Espaço e Gênero |
| PNCSA | Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia |
| PPGCSPA | Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia |
| SSP/MA | Secretaria de Segurança Pública do Maranhão |
| UEMA | Universidade Estadual do Maranhão |
| UFC | Universidade Federal do Ceará |
| UFMA | Universidade Federal do Maranhão |
| UFPE | Universidade Federal de Pernambuco |
| ZPH | Zona de Proteção Histórica |

SUMÁRIO

| | | |
|--------------|--|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 14 |
| 2 | REFERENCIAL TEÓRICO | 17 |
| 2.1 | Contextualizando a cartografia social | 17 |
| 2.2 | Conceituando espaço urbano | 21 |
| 2.3 | Violência de gênero do Brasil | 22 |
| 2.4 | Urbanismo sob a perspectiva de gênero | 25 |
| 3 | MULHERES E ESPAÇO NO BRASIL | 26 |
| 3.1 | Tornar-se mulher no Brasil | 26 |
| 3.2 | A violência de gênero no espaço urbano | 32 |
| 4 | AS CORPOGRAFIAS URBANAS FEMININAS DA PRAIA GRANDE PELOS OLHOS DA CARTOGRAFIA SOCIAL | 35 |
| 4.1 | Contextualizando a Praia Grande | 35 |
| 4.2 | Índices de violência contra as mulheres na Praia Grande | 38 |
| 4.3 | A oficina | 41 |
| 4.3.1 | O perfil das mulheres participantes | 41 |
| 4.3.2 | Dinâmica da oficina | 42 |
| 4.4 | As corpografias urbanas da Praia Grande | 45 |
| 5 | O URBANISMO SOB A PERPSECTIVA DE GÊNERO APLICADO À PRAIA GRANDE | 53 |
| 5.1 | Vigilância natural | 54 |
| 5.2 | Diversidade de usos e pessoas | 56 |
| 5.3 | Infraestrutura e mobilidade | 58 |
| 5.4 | Múltiplos caminhos | 59 |
| 5.5 | Limpeza e manutenção | 61 |
| 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 63 |
| | REFERÊNCIAS | 66 |

1 INTRODUÇÃO

Durante muitos séculos, a presença feminina estava diretamente associada aos afazeres domésticos. Com o crescente número das conquistas feministas, a mulher pôde pouco a pouco apropriar-se de seu espaço na cidade. Porém, entende-se que, esse espaço ainda é bastante restrito devido à constante sensação de insegurança nos espaços públicos. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, a cada 11 minutos são registrados um caso de estupro. Calcula-se que o Brasil tem uma taxa de quase meio milhão de estupros por ano. De acordo com dados do Centro Integrado de Operações de Segurança (CIOPS) da Secretaria de Segurança Pública do Maranhão (SSP-MA) foram registrados 106 casos de estupro, 7396 casos de lesão corporal e 58 casos de homicídio à mulher na Região Metropolitana de São Luís, isso tudo entre janeiro de 2016 e abril de 2018.

A luta das mulheres por respeito e igualdade é diária, seja dentro de casa, seja no trabalho ou no espaço público. Essa desigualdade é um produto de uma sociedade que constantemente subordina o sexo feminino. Portanto, torna-se imprescindível combater essa discrepância social entre homens e mulheres.

Deste modo, o presente trabalho estará focado em discutir a dinâmica da mulher dentro do espaço urbano, uma vez que são vítimas de uma sociedade opressora e desigual para homens e mulheres. Através da análise de como o corpo da mulher é visto dentro do espaço urbano, e como o urbanismo pode ajudar a diminuir a sensação de insegurança e combater a violência de gênero.

É importante destacar que este estudo terá como campo empírico o bairro da Praia Grande, centro histórico e comercial da capital maranhense, este que possui um traçado urbano e uma arquitetura próprios, que apesar de secular ainda é de extrema relevância para a dinâmica da cidade de São Luís. O trabalho conta também com a ajuda de jovens mulheres estudantes da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) como protagonistas dessa investigação, através da produção de mapas participativos que mostrem a sua percepção sobre segurança enquanto mulher no campo empírico citado.

Ao escolher essas mulheres como agentes sociais dessa monografia, entende-se que elas são representantes de uma parte das mulheres que frequentam

a região, visto que, usufruem diariamente da localidade durante intensos cinco anos, e utilizam não só para os estudos, mas também para o seu lazer. Além de estarem inclusas na faixa etária mais suscetível para a ocorrência dos crimes aqui estudados. Em face disso, presumo que elas possuem muito conhecimento e experiências a serem transmitidas contribuindo para este estudo.

O presente trabalho tem caráter exploratório, pois, para Gil (2008) visa analisar um assunto pouco conhecido, para então construir hipóteses em cima dos objetivos que foram propostos, seguindo as três etapas a seguir:

Primeira fase: análise das referências bibliográficas para que se obtenha conteúdo a respeito do tema e do procedimento metodológico utilizado e então debater e relacionar com os fenômenos estudados;

Segunda fase: fazer um apanhado de dados e indicadores sociais, leis, observação do ambiente/paisagem, entrevistas com autoridades, além da realização de oficinas para a confecção dos mapas participativos.

Entrevistamos a Delegada Especial da Mulher, Kazumi Tanaka. O diálogo seguiu o formato de entrevista informal.

A entrevista informal é recomendada nos estudos exploratórios, que visam abordar realidades pouco conhecidas pelo pesquisador, ou então oferecer visão aproximativa do problema pesquisado. Nos estudos desse tipo, com frequência, recorre-se a entrevistas informais com informantes-chaves, que podem ser especialistas no tema em estudo, líderes formais ou informais, personalidades destacadas etc. (GIL. p. 111. 2008).

Terceira fase: relacionar os fenômenos estudados, os resultados e as discussões com as estratégias e teorias do urbanismo de gênero.

É importante ressaltar que, a cartografia social foi utilizada como procedimento metodológico e não como metodologia, tal como ela é considerada por Almeida (2013), ou seja, no presente trabalho a cartografia social foi utilizada como um procedimento técnico dentre vários outros (entrevista informal, análise de indicadores sociais, levantamento fotográfico, leitura de referências bibliográficas) que compõe a metodologia abordada, que como dito anteriormente possui caráter exploratório.

Portanto, o atual trabalho visa alcançar os seguintes objetivos: entender a dinâmica da mulher no ambiente urbano e sua corpografia urbana; analisar o modo

como a forma urbana é um agente influenciador nos índices de violência de gênero; apontar possíveis táticas do urbanismo para combater a violência de gênero no ambiente urbano e assim, diminuir a sensação de insegurança e a desigualdade de gênero fazendo da estrutura urbana um aliado.

O trabalho dividiu-se em seis capítulos, sendo o primeiro referente à introdução. O segundo responsável por explicar o referencial teórico, este que possui quatro conceitos primordiais para a compreensão desta pesquisa: a cartografia social, espaço urbano, violência de gênero no Brasil e urbanismo sob a perspectiva de gênero.

Ao terceiro capítulo atribuiu-se a responsabilidade de demonstrar o que é torna-se mulher no Brasil, através de um aparato histórico das conquistas feministas, além de esclarecer sobre as opressões vivenciadas no cotidiano das mulheres brasileiras.

Dando sequência, o quarto capítulo contextualiza o campo empírico através de um resgate histórico, além de trazer à tona a realidade vivida pelas mulheres no que diz respeito aos seus percursos, inseguranças e experiências vividas na Praia Grande, ou seja, apresenta um estudo de caso sobre a área.

O quinto capítulo traz premissas do urbanismo sob a perspectiva de gênero buscando aplicá-las ao campo empírico. No sexto e último capítulo são apresentadas as considerações finais no trabalho.

Deste modo, esta monografia tem o desafio de contribuir para os estudos de gênero relacionados à arquitetura e ao urbanismo como forma de combate as opressões. Uma vez que a autora acredita que ao fazer planejamento urbano que atendam as necessidades das mulheres, conseqüentemente se obterá cidades mais igualitárias e seguras para todos. Segundo Mildred Warner, professora de planejamento urbano da Universidade de Cornell em Nova Iorque, as mulheres podem exercer o papel de termômetro para a segurança e para outros aspectos relacionados ao planejamento urbano, uma vez que uma mulher ao ser questionada sobre sua sensação de segurança em um determinado local e a resposta for positiva significa que aquele ambiente está seguro para a maioria das pessoas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para uma total compreensão dos objetivos do presente trabalho, torna-se necessário esclarecer os principais conceitos que o cercam, são eles: cartografia social, espaço urbano, violência de gênero e o urbanismo sob a perspectiva de gênero.

2.1 Contextualizando a cartografia social

A cartografia tradicional ou “ciência dos mapas” é um instrumento próprio da geografia que tem o intuito de elaborar mapas que demonstrem a delimitação de territórios, sua topografia, características referentes à população, acidentes geográficos entre outras. Seus mapas estão relacionados diretamente às características geográficas de um determinado espaço.

A cartografia tradicional encontra-se ligada ao campo de conhecimento da geografia e busca ser um conhecimento preciso, fundado em bases matemáticas, estatísticas, contando com instrumentos e técnicas sofisticadas. Sua especialidade é traçar mapas referentes a territórios, regiões e suas fronteiras, demarcações, sua topografia, acidentes geográficos, como pode ainda tratar da distribuição de uma população em um espaço, mostrando suas características étnicas, sociais, econômicas, de saúde, educação, alimentação, entre outras. O mapa como representação de um território e das características de uma população é um instrumento fundamental da Geografia física e da Geografia humana, a Demografia. (FILHO. TETI. 2013. p. 47)

Já a cartografia social apesar de ser uma dissidência da ciência cartográfica, possui o objetivo de mapear fatores relacionados às ciências sociais e humanas, ou seja, foge do sentido tradicional dos mapas, uma vez que está acompanhada de um olhar crítico da realidade social de determinado território e/ou comunidade, através da elaboração de mapas participativos, preparados pelos agentes sociais que vivenciam a problemática a ser denunciada. Portanto, compreende-se a cartografia social como um instrumento que denuncia a opressão sofrida por um determinado grupo, buscando compreender sua identidade territorial e sociocultural.

A Cartografia Social constitui-se como um ramo da ciência cartográfica que trabalha de forma crítica e participativa, com a demarcação e a caracterização espacial de territórios em disputa, de grande interesse socioambiental, econômico e cultural, com vínculos ancestrais e simbólicos. A ocupação do território é vista como algo gerador de raízes e identidade: um grupo não pode ser compreendido sem o seu território, no sentido de que a identidade sociocultural das pessoas está, invariavelmente, ligada aos atributos da paisagem. Nessa perspectiva, os territórios das comunidades tradicionais se caracterizam por serem, mais fortemente, ligados ao campo simbólico, e não simplesmente às relações de poder, propriedade ou controle político da hegemonia econômica circundante. Ou seja, o sentimento de pertencimento à terra, à história, às lutas, à identidade, às práticas, às vivências, aos rituais, entre outros, se aglutinam formando uma conjuntura legitimadora dos territórios vividos. (GORAYEB. MEIRELES. 2014. p. 2)¹

Segundo Gorayeb e Meireles (2014), a cartografia social teve seu início na década de 1970 a partir do “Projeto de Usos e Ocupações de Terras pelos Esquimós”, no Canadá, no qual foram produzidos cerca de duzentos mapas de uso e ocupação das terras pertencentes aos esquimós. Após este primeiro momento outros projetos utilizaram de tal procedimento para representar suas dificuldades enfrentadas em âmbito territorial, social, político e histórico, como por exemplo, “União de Chefes e Índios da Columbia Britânica”, também no Canadá, que teve como objetivo a criação de mapas sociais a partir do panorama dos povos indígenas da América do Norte.

No Brasil, a primeira experiência a utilizar a cartografia social como procedimento metodológico, foi o “Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia” (PNCSA), em meados de 1990. O projeto tinha como objetivo fazer o mapeamento social de territórios da Amazônia Legal², correspondente ao Programa Grande Carajás da Empresa Vale S.A, que era uma área de exploração mineral desde 1980. Nessa região existiam comunidades que utilizavam parte deste território de forma coletiva, para atividades extrativistas da borracha e da castanha, para a pesca e demais atividades de subsistência. Este território teve seu uso e sua dinâmica ameaçados pelo Instituto Nacional de Colonização (INCRA), que pretendia criar

¹ Citação retirada de entrevista com os professores da Universidade Federal do Ceará (UFC), Adryane Gorayeb e Jeovah Meireles, concedida ao portal www.mobilizadores.org.br.

² Segundo o portal O Eco, o conceito de Amazônia Legal foi instituído pelo Governo Brasileiro para descrever os estados da Região Amazônica, não por contarem em seu território a presença da Floresta Amazônica, mas sim com o intuito de organizar o desenvolvimento social e econômico desses estados, visto que, estes possuem desafios sociais e econômicos semelhantes.

assentamentos rurais na área, mediante uma visão capitalista, individualista e fragmentada. Foi então que o Professor Alfredo Wagner, da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), viu a necessidade de implementar o processo metodológico dos mapas participativos nas comunidades, com o intuito de demonstrar que estas terras não estavam restritas e subordinadas à limites geográficos, e sim, ao uso coletivo e diversificado das mesmas. A mobilização das comunidades envolvidas e a confecção de tais mapas resultaram na concepção de políticas fundiárias e ambientais, e na elaboração de planos de uso e de manejo, gestão territorial, bem como na criação de reservas extrativistas, como conta Gorayeb e Meireles (2014). O PNCSA encontra-se em atividade e é tido como referência nacional e internacional no campo da Cartografia Social.

Atualmente, a cartografia social pode ser encontrada em todo o território brasileiro, entretanto, tem maior aplicabilidade nas regiões Norte e Nordeste, em comunidades de agricultura familiar, pesqueiras, indígenas, quilombolas que em sua maioria encontra-se em conflitos com grandes empreendimentos de ordem hospedeira, econômica, da mineração e obras hídricas.

No Maranhão, por exemplo, a cartografia social é aplicada na Região Ecológica do Babaçu (Município de Imperatriz, Codó, Timbiras, Coroatá e Santa Inês), por um grupo de pesquisadores da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). O estudo tem como objetivo articular os agentes sociais que vivem a partir da extração do coco babaçu, mapeando suas experiências, territórios, e demais características, como forma de preservar sua identidade coletiva, compreender e combater a crescente devastação das áreas de babaçuais, oriundas das estratégias empresariais do agronegócio, da pecuária e da mineração.

Nas últimas quatro décadas, vivenciam diferentes formas de intervenção, seja de empreendimentos econômicos privados, seja de empreendimentos de infraestrutura financiados por recursos públicos, que resultam em desmatamento, restrição e impedimento de acesso aos babaçuais e da permanência nas terras historicamente sob controle e uso de povos e comunidades tradicionais e grupos de trabalhadores rurais. (ALMEIDA, ARAÚJO; NASCIMENTO, NOVAES. 2015. p. 4).

É importante ressaltar que, a pesquisa citada acima é apenas uma dos vários outros projetos que envolvem a cartografia social no Maranhão³. Inclusive, a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), possui um mestrado inteiro dedicado ao tema, intitulado de Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia (PPGCSPA), este que teve suas atividades iniciadas em 2013.

Segundo o que fora dito anteriormente por Filho e Teti (2013), a cartografia social é uma dissidência da cartografia tradicional. Entretanto, essa trabalha com mapas de forma mais subjetiva. Portanto, é um método que não exige tanto rigor técnico em sua confecção. É um processo organizado pelos próprios agentes sociais, estes que, se tornam responsáveis pela seleção de legendas e dos símbolos, a escolha da escala e das camadas que compõe suas informações. A cartografia social deve ser compreendida como algo mutável, na qual deve ser adaptada à realidade dos agentes sociais envolvidos, bem como harmonizar tal processo com o objetivo no qual se pretende atingir.

Mesmo artistas plásticos, que incorporam as técnicas e metodologias de mapeamento participativo da Cartografia Social em suas ações, adaptando os conteúdos e as construções dos produtos cartográficos, conforme a realidade de cada comunidade (rural, urbana, presencial, virtual, tradicional, etc.) e de cada objetivo a que se pretende atingir (legalização de terras públicas, posse legal da terra, melhorias habitacionais, publicização de fenômenos e/ou situações de vida, divulgação de serviços, infraestrutura e/ou cultura de um determinado lugar/ povoação, etc.) (GORAYEB. MEIRELES. 2014 p. 2)

Sendo assim, a presente monografia buscou adaptar tal procedimento metodológico à sua realidade, aplicando-o de forma a facilitar a interação entre os agentes sociais participantes e o desenvolvimento do processo, além de buscar a transferência de tecnologia e do conhecimento científico.

³ Como exemplo de outros projetos desenvolvidos no Maranhão e que abordam a cartografia social como procedimento metodológico tem-se o projeto “Memória em Movimento: trajetórias e percursos nas lutas sociais da Amazônia Maranhense”, composto e desenvolvido por estudantes dos cursos de Letras, Pedagogia e Enfermagem da Uema/ Santa Inês. Podemos citar também, “MAPEAMENTO SOCIAL COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO TERRITORIAL CONTRA O DESMATAMENTO E A DEVASTAÇÃO: processos de capacitação de povos e comunidades tradicionais, financiado pelo Fundo Amazônia, desenvolvido a partir do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA).

2.2 Conceituando espaço urbano

Inspirada na lógica do pensamento marxista, Lefebvre (1991) entende o espaço urbano como sendo o resultado das formações sociais passadas com as relações sociais estabelecidas atualmente (SANTOS, 2015). E para entendê-lo torna-se necessário compreender sua organização, as práticas sociais estabelecidas, os meios de produção e suas fragmentações.

A relação com o espaço de um “sujeito”, membro de um grupo ou de uma sociedade, implica sua relação com seu próprio corpo e vice-versa. Considerada integralmente, a prática social pressupõe o uso do corpo: o uso das mãos, dos membros e dos órgãos sensoriais e os gestos de trabalho como uma atividade não relacionada ao trabalho. (LEFEBVRE, 1991. p.40)

Segundo Corrêa (1995), o espaço urbano é a união de áreas que possuem diferentes usos, sendo composto em sua maioria pelo centro este que, no geral, fornece serviços de gestão e de comércio; áreas industriais; áreas residenciais, entre outras, formando assim a organização espacial da cidade. Logo se compreende que, o espaço urbano é fragmentado por conta de seus diversos usos e articulado, devido seus agentes sociais que interligam esses diferentes usos conforme a dinâmica composta por suas rotinas. Compreendo que o espaço urbano é o reflexo da sociedade que o compõe, se parte dessa população marginaliza, oprime e excluem determinados grupos sociais, o espaço urbano será o espelho das relações estabelecidas dentro do mesmo.

Neste processo de ocupação do mundo, formamos e transformamos os territórios que habitamos até torná-los os reflexos de nós mesmos, ou seja, territorialidades que expressam a ligação entre o substrato material da vida e a atividade humana de produção dos meios de existência que, juntas, constituem a forma-conteúdo reveladora de modos de vida que é a cidade. Por meio deste vínculo alteramos a geografia natural produzindo e reproduzindo os ambientes que resultam de nossa “evolução” no tempo, transformando-os em uma “segunda natureza”. Cunha (2008, p.13, apud Santos. 1999).

Portanto, é nesse contexto que o presente trabalho vê a necessidade de compreender o espaço urbano vivenciado pela mulher nos dias atuais, pois ele é o reflexo e uma condicionante social, como diz Corrêa (1995).

2.3 Violência de gênero no Brasil

O estudo da violência de gênero no Brasil teve início em meados da década de 1980, quando o movimento feminista tornou esse assunto como uma de suas prioridades. Até então, a questão de gênero era entendida como algo ligado diretamente às diferenças biológicas dos sexos. Compreende-se que sexo biológico durante quase toda a história da humanidade, foi tido como a mesma coisa que identidade de gênero. Portanto, a ambos os gêneros lhe foram impostos características comportamentais “próprias” de cada sexo.

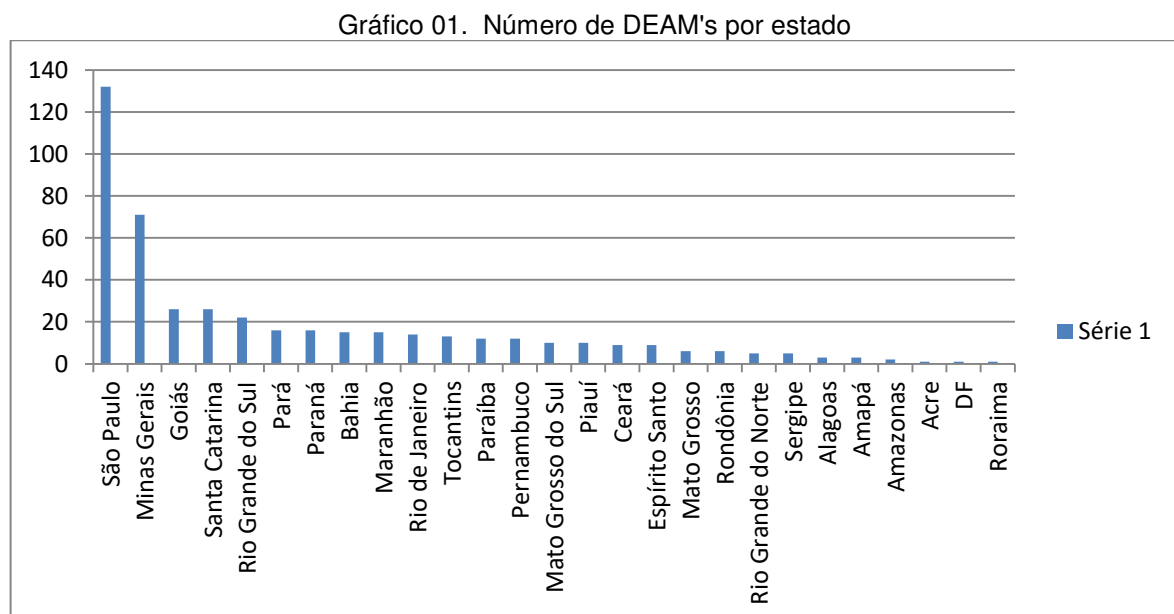
Por outro lado, é também verdade que os diversos significados dessas categorias adquirem desdobramentos e implicações teóricas e práticas em função das condições e situações específicas de sua concretude. Em outras palavras, ao escolher o uso da modalidade *violência de gênero*, entende-se que as ações violentas são produzidas em contextos e espaços relacionais e, portanto, interpessoais, que têm cenários sociais e históricos não uniformes. A centralidade das ações violentas incide sobre a mulher, quer sejam estas violências físicas, sexuais, psicológicas, patrimoniais ou morais, tanto no âmbito privado-familiar como nos espaços de trabalho e públicos. Não se trata de adotar uma perspectiva ou um olhar vitimizador em relação à mulher, o que já recebeu críticas importantes, mas destacar que a expressiva concentração deste tipo de violência ocorre historicamente sobre os corpos femininos e que as relações violentas existem porque as relações assimétricas de poder permeiam a vida rotineira das pessoas. (BANDEIRA. 2014. p. 451)

Tal fato levou à criação de um perfil socialmente aceito e atribuído às mulheres desde o berço e que a distinguia dos homens por ser considerada mais frágil física e emocionalmente, restringindo suas tarefas ao ambiente doméstico e criando uma visão de submissão da mulher ao homem. Com isso, explica-se como a desigualdade de gênero torna a mulher mais suscetível à dominação patriarcal, portanto aos abusos frutos dessa “superioridade” imposta pelo sexo masculino seja no ambiente doméstico ou em espaço público.

Como forma de combate a esse tipo de violência, ainda na década de 1980, o surgimento das Delegacias Especial de Atendimento da Mulher (DEAM's), foi um importante marco das conquistas feministas, uma vez que os serviços

oferecidos pelas mesmas tinham o objetivo de favorecer e facilitar as denúncias contra violência de gênero, que até então eram desmotivadas pelo descaso, preconceito, constrangimentos e a falta de preparo dos agentes policiais aos quais as mulheres estavam submetidas em delegacias comuns. As delegacias da mulher tem um aparato policial específico, tendo seu quadro de funcionários composto em sua maioria por mulheres, de modo que o atendimento às vítimas seja mais empático e sensível à causa, além de criar uma maior representatividade da mulher na esfera pública de poder.

Segundo pesquisa realizada pela revista feminista online “Azmina”, atualmente apenas 5% das cidades brasileiras possuem Delegacias Especiais de Atendimento da Mulher, representando um total de 461 unidades espalhadas pelo Brasil, estando em sua maioria concentradas nas capitais, o que centraliza e dificulta as denúncias de vítimas que estão em pequenos municípios. As DEAM's são coordenadas pela Polícia Civil, além de estarem subordinadas às Secretarias de Segurança Pública do Estado ao qual pertencem. No Maranhão existem 15 delegacias de Atendimento à Mulher, como mostra o gráfico a seguir:



Fonte: Revista Azmina

Em meados da década de 1990 o termo gênero é inserido nos estudos feministas, passando a enxergar este tipo de violência como fruto das relações desiguais e seculares do cotidiano de homens e mulheres, atreladas à questão de

gênero, ou seja, vinculada não à questão biológica dos sexos, mas sim das questões sociais e das relações hierárquicas impostas pela sociedade.

A qualificação e a análise da problemática da violência contra a mulher ocorreram à medida que o movimento feminista desconstruiu a ideia corrente de que o aparato sexual era inerente à natureza das mulheres e dos homens, colocando as concepções acerca dos sexos fora do âmbito biológico e as inscrevendo na história. Por sua vez, desconstruiu a ideia de que a violência contra a mulher está ligada aos significados atribuídos, de modo essencializado, à masculinidade, à feminilidade e à relação entre homens e mulheres em nossa cultura. Para se aprofundar no tema, foi fundamental que a noção de gênero – distinta da de sexo –, sob a qual se dava no senso comum, a associação do feminino com fragilidade ou submissão, e que até hoje ainda serve para justificar preconceitos (BANDEIRA. 2014. p. 449)

É importante destacar que o estudo da violência de gênero foi marcado por três importantes correntes: dominação masculina, dominação patriarcal e relacional. Na primeira corrente, dominação masculina, vê a violência contra mulher como um resultado de ideologias reproduzidas tanto por homens quanto por mulheres que oprimem e tiram a autonomia das mesmas, tornando-a tanto “vítima” quanto “cúmplice”. Segundo Marilena Chauí (1985), no seu aclamado artigo “Participando do Debate sobre Mulher e Violência”, a condição “feminina” é inferior à condição “masculina, levando-a à discrepâncias hierárquicas que resultam em violências de cunho psicológico, física e moral em que o homem tem o intuito de dominar, explorar e oprimir.

A segunda corrente, na dominação patriarcal que foi influenciada pelo marxismo e pelo feminismo, entende que a mulher apesar de ser um ser autônomo, foi historicamente subordinada, tornando-se vítima de um contexto em que o controle social do homem sobre a mulher é dominante. Já na corrente relacional, a mulher que sofre de violência de gênero entende a violência como uma forma de comunicação, sendo a mulher autônoma, portanto “cúmplice” de uma relação violenta na qual está inserida. (Izumino, Santos, 2005)

Segundo Almeida (2014), a violência de gênero é um fenômeno social persistente, multiforme e articulado por perspectiva ideológica, física, moral e econômica da sociedade em que ocorre. Portanto, compreende-se que a violência de gênero ocorrerá enquanto existirem relações hierárquicas entre homens e mulheres, podendo ocorrer em esfera familiar-privada, no trabalho ou em espaços públicos. Compreende-se também que, ao inserir o debate da questão de gênero

pelo movimento feminista a partir da violência contra a mulher foi um importante instrumento para evidenciar a relevância do exercício da cidadania pelas mesmas, além de promover o seu acesso à justiça.

2.4 Urbanismo Sob a perspectiva de gênero

O estudo da questão de gênero ligada ao urbanismo e à arquitetura vem sendo estudado mundo afora há cerca de duas décadas por autores como Dolores Hayden em seu livro “The Grand Domestic Revolution: History of Feminist Designs for American Homes, Neighborhoods and Cities”, publicado em 1982 e assim como Beatriz Colomina em “Sexuality e Space” de 1992, entre outros. Ambos os livros trazem análises sobre a o corpo e o espaço da mulher no ambiente doméstico, através de um olhar marcado pelo movimento feminista.

No Brasil, a questão de gênero voltada à arquitetura e ao urbanismo ainda está em sua primeira geração de estudiosos, resultando em escassez de produções no idioma português. Entretanto, o tema vem ganhando espaço nos debates feministas, nos coletivos de mulheres e nos grupos de pesquisa das universidades de todo o país. Como exemplo, tem-se o Núcleo de Estudos em Espaço e Gênero (NEG) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), que enxergou a necessidade de se criar um espaço como esse de estudo e troca de conhecimento sobre o tema, para que este possa ser difundido e assim combater escassez de publicações relacionadas ao urbanismo e à arquitetura e de gênero.

O presente trabalho está focado, em entender o urbanismo como forma de combate às desigualdades e inseguranças para mulheres dentro de um determinado espaço urbano, e vê o urbanismo de gênero como um elemento essencial a ser estudado para que se compreendam as necessidades femininas dentro da cidade, além de garantir que homens e mulheres possam se beneficiar equitativamente do que é ofertado pelo espaço urbano, seja lazer, cultura, saúde, segurança, trabalho ou mobilidade.

Jan Gehl em seu livro “Cidade para Pessoas” (2013) não trata diretamente da questão de gênero, mas sim de urbes saudáveis, seguras, acolhedoras e funcionais, e assim traz importantes colaborações para o tema à medida que enxerga que as cidades devem ser projetadas arquitetonicamente e urbanisticamente voltadas para as necessidades humanas, o que inclui as

necessidades das mulheres dentro do espaço urbano. Logo fica o questionamento: quais são essas necessidades? O que torna a obra de grande interesse para o presente trabalho que visa investigar e compreender as necessidades exigidas pela etnografia da mulher, para que se obtenham cidades mais seguras, menos desiguais e saudáveis.

3 MULHERES E ESPAÇO NO BRASIL

Simone de Beauvoir já dizia “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”, ou seja, à mulher é imposto padrões de acordo com o seu sexo biológico, que acabam por definir e impor o seu papel social. Beauvoir com essa frase visava quebrar esse paradigma, de modo que a mulher possa fazer suas próprias escolhas, sem que estas sejam moldadas de acordo com a sociedade patriarcal. Portanto, acredito que é importante compreender as lutas vivenciadas pelas mulheres no Brasil para romper com esse destino biológico.

3.1 Tornar-se mulher no Brasil

Durante muitos séculos a imagem da mulher estava associada ao ambiente doméstico, tal visão é fruto de uma sociedade patriarcal, que difundiu a ideia de que o sexo feminino era frágil, e de que as mulheres deveriam portar de hábitos moralizados e serem devotas do espaço privado do lar, portanto a seus maridos e filhos dedicar todos os seus dias, tornando-a submissa à figura masculina, implicando em uma vida repleta de sacrifícios e anulando suas chances de participar da esfera política, econômica e profissional da sociedade.

Esta desvalorização é imensa porque parte do pressuposto de que a mulher em si não é nada, de que deve esquecer-se deliberadamente de si mesma e realizar-se através dos êxitos dos filhos e do marido. É claro que, em grande parte, este modelo vitoriano de comportamento feminino determinou suas opções e condutas. Mesmo porque até muito recentemente os cursos de especialização profissional, técnicos e universitários, estavam praticamente fechados às mulheres, destinadas às carreiras de professoras primárias, enfermeiras, no caso das que tinham algum acesso a instrução, e domésticas, operárias, costureiras, datilógrafas, telefonistas, nas camadas mais baixas. Em qualquer caso, o campo de atuação da mulher fora do lar

circunscreveu-se ao de ajudante, assistente, ou seja, a uma função de subordinação a um chefe masculino em atividades que a colocaram desde sempre à margem de qualquer processo decisório. (RAGO. 2001. p. 65).

Fazendo um recorte na história, sabe-se que no auge da atividade fabril que data do final do século XIX até meados do século XX, os números de mulheres operárias eram crescentes, entretanto muitas atividades lhe eram negadas, principalmente aquelas que representavam certo poder dentro das fábricas. Segundo Rago (2001), a imprensa operária constantemente publicava que o trabalho da mulher nas fábricas era um impedimento à realização das funções domésticas, estas que deviam exercer seu papel de dona de casa, mãe e esposa de forma soberana, sempre vigilante, além de descrevê-la como “agente reprodutora”, de espírito naturalmente servil, e demasiadamente delicada para o trabalho fabril. Essa visão é a representação de um discurso médico-sanitarista, amplamente difundido no século XIX, e reprodutor de uma visão burguesa que também influenciava e que atingia as mais diversas classes, inclusive, a operária.

Seguindo tal pensamento, em 1919, surge um debate na Câmara Federal sobre as condições de trabalho da mulher e da criança dentro das fábricas, a maioria dos deputados presentes demonstrava ser contra o exercício de tais atividades pelas mulheres, alegando ser um empecilho para boa a dinâmica do lar e da família, que segundo Rago (2001), saíram em defesa da moralidade familiar.

Somos todos concordes em considerar que o trabalho é o aviltamento e a escravidão da mulher, porque é o fim da solidariedade conjugal, da família. O verdadeiro reino da mulher é o lar. Se ela o abandona, se ela não sabe aí servir ao homem e aos filhos, acabou-se o seu poder, foi-se a sua influência. RAGO (2001, p.69, apud Moura, 1999).

Em meados do século XX, nota-se o início de uma representatividade feminina dentro dos partidos e sindicatos, através de figuras como a socialista Ernestina Lesina, a escritora Maria Lacerda de Moura e a colunista Laura Brandão. É importante destacar que a resistência feminina ecoava de forma mais fácil para aquelas que eram de classes mais abastadas por obterem mais acesso a cartas, livros, jornais, entre outros. Entretanto, para mulheres de classe social mais baixa,

como as operárias, tinham sua voz disseminada por figuras masculinas, que eram totalidade dentro dos jornais dos operários.

Os jornais operários, sem dúvida, constroem duas imagens femininas que contrastam frontalmente. Uma mulher submissa, que não sabe como lutar e, ao mesmo tempo, uma figura combativa que sai às ruas e enfrenta sem reservas as autoridades públicas e policiais. Este contraste sugere que, na maior parte das vezes, a resistência feminina exprimiu-se de maneiras espontânea, difusa, não organizada, seja questionando diretamente a disciplina hierárquica no interior da produção, certamente mais pesada para mulher do que para o homem, seja reivindicando melhores condições de trabalho. (RAGO. 2001. p. 73).

É então que a representatividade feminina encontra outros meios de reivindicar por seus direitos, através de greves nas fábricas em que, denunciavam as péssimas condições de higiene, o controle abusivo masculino, além dos assédios sexuais aos quais estavam submetidas no ambiente de trabalho, além da inferioridade salarial em relação aos dos homens.

Dentre as greves de maior relevância pode-se citar a paralisação da fábrica de tecidos Sant'ana, em 1901, no bairro do Brás, em São Paulo. Em 1902, ecoou a greve na fábrica de tecidos Anhaia, no Bom retiro, também em São Paulo. Em 1908, mulheres e crianças entram em greve na fábrica de tecidos Matarazzo. Já em 1917, as mulheres dão início à primeira greve geral na historia do país, nas oficinas Cotonifício Crespi, no bairro da Mooca em São Paulo. Tal movimento paralisou toda a vida comercial e industrial da cidade, como conta Rago (2001).

Figura 01. Greve Geral de 1917



Fonte: Movimento Mulheres em Luta

À medida que o tempo passa, as mulheres vão encontrando novas formas de representatividade e aos poucos conquistando novos espaços na cidade que não o ambiente doméstico. Em 1922, Bertha Maria Julia Lutz, funda a Federação Brasileira do Progresso Feminino (FBPF), sendo considerado o início do movimento feminista no Brasil, e que somente em 1934 foi eleita à suplente de Deputada Federal. O movimento tinha como objetivo defender os direitos das mulheres, tendo como principais reivindicações: legislação que regulamentasse o trabalho feminino, alfabetização de mulheres, voto feminino e proteção à infância e à mulher.

Figura 02. Reunião da Federação Brasileira do Progresso Feminino (FBPF) em 1930 nos Salões do Automóvel, no Rio de Janeiro



Fonte: Universidade de Brasília

Segundo Barbosa e col. (2011), foi durante o governo de Getúlio Vargas, em 1932, que a mulher passou a ter direito ao voto bem como a candidatura a cargos políticos, a partir disso, em 1934, a médica Carlota Pereira de Queirós, que dedicou seu mandato em defesa das mulheres e das crianças.

Mas somente na década de 1960, o movimento feminista de fato toma força com a chamada “segunda onda”, que ecoava nos mais diversos países e, por consequência, influenciava o Brasil. O movimento estava aliado ao crescimento da antropologia, bem como à efervescência intelectual nas universidades, além de levantar bandeiras para além do âmbito político, econômico e educacional,

passaram a ser incluídas pautas como a situação de trabalho das mulheres, sexualidade, corpo e violência de gênero. Vale ressaltar que o país enfrentava um contexto político delicado, devido ao regime de ditadura militar em vigor, o que dificultava a liberdade de expressão. Apesar de toda a repressão, a militância feminina era ativa através dos chamados “movimento de mulheres” que tinha como objetivo exercer oposição ao governo além de ter um viés de cunho esquerdista.

Na década de 1970, consegue-se notar uma maior ocupação das mulheres de espaços em que antes predominavam a presença masculina, como nas universidades e nos empregos formais. Tal fato pode ser explicado pelo processo acelerado de urbanização enfrentado pelo Brasil, nas décadas de 1960 e 1970, devido à intensa migração da população para os grandes centros urbanos.

No auge da expansão urbana, as altas taxas de fecundidade ainda tiveram grande importância para esse excepcional crescimento demográfico, pois somente a partir da segunda metade da década de 60, quando ela se acelera e se generaliza, há o declínio dos níveis de fecundidade. Contudo, a maior parte do crescimento demográfico urbano deve ser explicada pelo intenso fluxo migratório rural-urbano, dentro do contexto do grande ciclo de expansão das migrações internas. Somente entre 1960 e o final dos anos 80, o auge do ciclo, estima-se que saíram do campo em direção às cidades quase 43 milhões de pessoas - total que inclui o chamado "efeito indireto da migração", ou seja, os filhos tidos pelos migrantes rurais nas cidades. Trata-se de um deslocamento populacional gigantesco, num breve espaço de tempo, o que bem qualifica a dimensão das grandes transformações pelas quais passava a sociedade brasileira. BRITO; SOUZA (2005, p. 49, apud Carvalho; Garcia, 2003).

Em 1974 a dupla jornada da mulher (doméstico-trabalho) passa a ser também umas das pautas do movimento feminista. Passam a reivindicar que dentro do planejamento urbanístico tenham equipamentos que ajudem a diminuir o peso dessa dupla jornada de trabalho, através de creches para que possam deixar seus filhos no caminho para o trabalho, restaurantes públicos para que não precisem fazer o almoço ou o jantar todos os dias, além da conscientização da população de que o cumprimento das tarefas domésticas seja compartilhado igualmente entre homens e mulheres.

Até hoje, a reivindicação de que o trabalho doméstico não recaia somente sobre os ombros das mulheres, mas seja dividido com os homens e o Estado, permanece, pois ainda não foi atendida a contento. Poucas mulheres têm a sorte de contar com a participação do companheiro nas tarefas do lar. Mesmo as que recebem tal colaboração (considerada uma “ajuda”), sentem-se as principais responsáveis pela organização e boa administração do lar. As cidades são carentes de equipamentos garantidos com recursos públicos que facilitem a vida das famílias. A “dupla jornada” continua, pois sendo um grande peso para as brasileiras. (PEDRO. PINSKY. 2012. p. 251).

Compreende-se também que, o feminismo brasileiro além de entrar pautas como a luta contra o patriarcado, assumiu para si outras responsabilidades inerentes à situação política do país, como o combate à ditadura, liberdade de expressão, violência de gênero, emancipação feminina, liberdade sexual e o acesso das mulheres aos estudos. Estas são as chamadas “lutas gerais” e são consequências de situações políticas e econômicas de um país subdesenvolvido.

Como vimos, viver sob uma ditadura fez muita diferença para o feminismo que se constituiu no Brasil. Na França, por exemplo, o “inimigo” principal das feministas era o *patriarcado*. No Brasil, com tantas mazelas políticas e sociais, havia muito mais a fazer para além de combater o machismo ou defender a liberdade sexual da mulher, por exemplo. Aqui as feministas se posicionam contra o patriarcado, mas também foram impelidas a assumir outras lutas. (PEDRO. PINSKY. 2012. p. 251).

Como já dito no presente trabalho na década 1980 foram criadas as Delegacias Especiais de Atendimento da Mulher (DEAM), como forma de regulamentar as denúncias de violência gênero. É importante salientar que, esta foi uma das conquistas oriundas do ativismo feminista das décadas de 1970 e 1980. Um marco mais recente das conquistas em favor da mulher é a Lei Maria da Penha, de n. 11.340/06, promulgada no Brasil em 2006, esta que tem como objetivo resguardar a segurança e os direitos das mulheres vítimas de violência de gênero e garantir o cumprimento dos direitos humanos.

Graças à pressão do feminismo organizado, mudanças importantes ocorreram no Brasil, por exemplo, as garantidas pela Constituição de 1988 ou a famosa Lei Maria da Penha, que procura coibir a violência contra as mulheres. Se, hoje, o assunto sexo não é mais o tabu de antigamente ou se os brasileiros convivem mais tranquilamente com a ideia de mulheres em

cargos de chefia, devemos reconhecer, nessas conquistas, a grande influência das lutas feministas. (PEDRO. PINSKY. 2012. p. 255).

Portanto, compreende-se que o processo de tornar-se mulher no Brasil é marcado pela violência e desigualdade entre os sexos e que, apesar de todos os avanços políticos, legislativos, ideológicos e sociais alcançados pelas mulheres a luta é diária para combater a opressão em suas mais variadas manifestações no lar, no trabalho, nas universidades ou nas ruas.

3.2 A violência de gênero no espaço urbano

Para entender a violência de gênero, é necessário falar sobre o processo histórico que desencadeia esse fenômeno. Como já dito anteriormente, durante séculos a identidade de gênero estava ligada diretamente ao sexo biológico do indivíduo. Portanto, atribuiu-se tanto ao sexo feminino quanto ao sexo masculino padrões comportamentais, físicos, sexuais e estéticos. Seguindo a teoria de Simone De Beauvoir, Judith Butler (2003) explica como à mulher associou-se o “corpo” e ao homem associou-se a “mente”, e que segundo Foucault, essa imposição de padrões era, fruto de instituições definidoras, tais como o falocentrismo⁴ e a heterossexualidade compulsória⁵. Portanto para Butler (2003), são regimes de “poder/discurso”, originados de práticas culturais seculares.

Beauvoir propõe que o corpo feminino deve ser a situação e o instrumento da liberdade da mulher, e não uma essência definidora e limitadora. A teoria da corporificação que impregna a análise de Beauvoir é claramente limitada pela reprodução acrítica da distinção cartesiana entre liberdade e corpo. Apesar de meus próprios esforços anteriores de argumentar o contrário, fica

⁴ Segundo Freud, o falocentrismo configura-se como uma instituição que coloca o homem num posição hierárquica superior e inquestionável diante do sexo feminino, construindo assim uma representação psíquica e simbólica a partir do órgão sexual masculino. BONFIM, Flávia Gaze. Perspectivas sobre o escrito laciano: "a significação do falo". *Analytica*, São João del Rei , v. 3, n. 5, p. 157-182, dez. 2014 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S231651972014000200009&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 28 maio 2018.

⁵ É um conceito difundido por Adrienne Rich (2010) no qual ela debate que a heterossexualidade é uma imposição institucionalizada e naturalizada pela sociedade e que diminui o poder das mulheres diante dos homens. RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Bagoas: estudos gays, gêneros e sexualidades*. Natal: v. 4, n. 5, jan./jun. 2010, p. 17- 44. CURIEL, Ochy. El regimen heterosexual de la nación: Un análisis antropológico lésbicofeminista de la constitucion política de Colombia de 1991. Bogota: Universidad Nacional de Colombia, 2010.

claro que Beauvoir mantém o dualismo mente/corpo, mesmo quando propõe uma síntese desses termos. A preservação dessa distinção pode ser lida como sintomática do próprio falocentrismo que Beauvoir subestima. Na tradição filosófica que se inicia em Platão e continua em Descartes, Husserl e Sartre, a distinção ontológica entre corpo e alma (consciência, mente) sustenta, invariavelmente, relações de subordinação e hierarquia políticas e psíquicas. A mente não só subjuga o corpo, mas nutre ocasionalmente a fantasia de fugir completamente à corporificação. As associações culturais entre mente e masculinidade, por um lado, e corpo e feminilidade, por outro, são bem documentadas nos campos da filosofia e do feminismo. (BUTLER, 2003. p. 31).

Logo, compreende-se que ao relacionar a mulher ao corpo, cria-se uma figura sexualmente objetificada, esta que já é culturalmente submissa às relações patriarcais, torna-se vulnerável às opressões fruto das relações desiguais entre os gêneros, portanto sendo vítima involuntária de seu próprio corpo através da violência de gênero. (BUTLER, 2003).

A violência contra a mulher é reflexo dessas relações falocêntricas que acontecem no ambiente doméstico e que por consequência refletem no ambiente público. Estas podem ser vistas em forma de estupro, assédio moral e sexual, lesão corporal, difamação e o feminicídio, este último sendo os crimes de gênero que são perpetrados contra mulheres e que resultam em morte. (MENEQUEL, PORTELLA, 2017).

A violência por si só vai de encontro ao Art. 5º da Constituição Federal, que garante a todos igualdade diante da lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Portanto, a violência contra a mulher no ambiente urbano também infringe o que assegura a constituição, de modo que gera dificuldade do ir e vir seguro da mulher, interfere na realização de sua rotina, fere o seu direito à cidade, além de tirar a sua autonomia arduamente conquistada.

Em entrevista concedida a este trabalho, a delegada Kazumi Tanaka explana como a estrutura urbana influencia diretamente as abordagens relativas aos crimes de gênero, principalmente os sexuais como estupros e assédios. A delegada esclarece que o estupro se configura como um crime cometido diante de violência ou grave ameaça, constringendo a mulher para que com ela se mantenha qualquer

tipo de prática sexual. Já o assédio é o comportamento indesejado que importuna e constrange a vítima, através de palavras ou gestos libidinosos.

Tanaka explica que, grande parte das mulheres são abordadas por pessoas desconhecidas, em locais com pouca ou nenhuma circulação de pessoas, com pouca iluminação pública, vazios urbanos de vegetação sem manutenção, além de fachadas inativas e locais desabitados. Compreende-se também, que em função desses aspectos mencionados, o agressor sente-se confortável a praticar esses crimes sexuais porque leva em conta que o seu reconhecimento por terceiros torna-se difícil.

Quanto aos assédios, Tanaka explica que ocorrem em sua maioria, em eventos públicos, por possuírem um aglomerado maior de pessoas. Ocorrem também com grande frequência dentro dos ônibus. Outro ponto levantado na entrevista está relacionado à ocorrência de roubos e furtos, no qual o agressor prefere abordar mulheres sobre a justificativa de que a vítima enquanto mulher estará em descompasso físico com ele, enquanto a abordagem a um homem possa ser mais difícil.

A delegada explica também que, no contexto dos crimes cometidos contra a mulher em espaços públicos, tais como assédio, roubos e furtos, a faixa etária mais suscetível é entre 18 e 35 anos, quanto aos estupros essa faixa etária estende-se até os 39 e 40 anos. Outro fator importante destacado pela delegada é o fato de que, muitas das mulheres são abordadas quando fazem seus percursos rotineiros, ida ou volta do trabalho, deixar ou buscar os filhos na escola, no trajeto percorrido até o seu local de estudo, etc.

Através da entrevista, pode-se compreender mais claramente como o ambiente urbano é um fator determinante na ocorrência dos crimes de gênero. Pôde-se perceber também como a rotina da mulher também influencia nos trajetos percorridos por ela, rotina essa que em sua maioria tem atribuições muito diferentes da rotina dos homens, visto que, esta exerce um papel extenso às atividades do ambiente doméstico, como deixar as crianças na escola, a ida ao mercado, além dos trajetos básicos e inerentes a ambos os sexos, como a ida ao trabalho, ao seu local de estudos, o trajeto percorrido até o seu ambiente de lazer, entre outros.

4 AS CORPOGRAFIAS URBANAS FEMININAS DA PRAIA GRANDE PELOS OLHOS DA CARTOGRAFIA SOCIAL

A escolha da Praia Grande como campo empírico foi motivada pelo fato de que o bairro faz parte do cotidiano da pesquisadora que nutre um afeto pela região e que acredita que a área tem um potencial a ser explorado, vislumbrando a possibilidade de que ele seja transformado em um referencial de bairro no que diz respeito à mobilidade, segurança, centro histórico, oferta de atividades, sustentabilidade social, espaços públicos, diversidade cultural, e vitalidade.

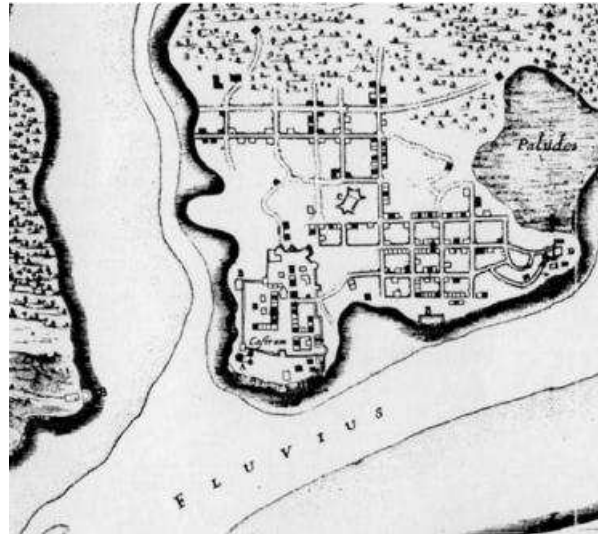
Tal escolha deve-se também pela percepção da autora de que a região é dotada de uma arquitetura e um traçado urbano singular e usos das edificações próprios que influenciam diretamente nas dinâmicas e relações sociais ali existentes, as quais serão discutidas mais a frente.

4.1 Contextualizando a Praia Grande

A Praia Grande é um bairro turístico, localizado no Centro de São Luís. Dentre suas características mais marcantes, está o conjunto arquitetônico de estilo Colonial Português que, além de guardar quatro séculos de história, abriga o marco inicial da cidade.

De traçado em malha urbana ortogonal, feito pelo engenheiro mor do Brasil, Francisco Frias de Mesquita, o primeiro bairro de São Luís adquiriu ruas diretas, paralelas, perpendiculares e que formavam ângulos retos, tendo a Rua do trapiche, atual Rua Portugal, e a Travessa Boa Ventura como limites.

Figura 03. Traçado em malha ortogonal de São Luís



Fonte: Jornal O Estado.

Foi o primeiro bairro de São Luís, consolidando-se também como centro comercial, devido as fortes atividades portuárias, a alfândega, produção de algodão para exportação através do porto ali situado e ponto principal para a recepção de escravos.

Já no século XXVIII, que os casarões, mirantes e sobrados passam a ser construídos, deixando um extenso acervo de arquitetura colonial portuguesa. No final do século XIX e início do século XX, o Maranhão entra em um processo de declínio industrial e econômico, levando a falência de muitas empresas e conseqüentemente ao abandono e deterioração de muitas edificações da área, sobrando algumas poucas residências e órgãos públicos no Bairro da Praia Grande.

No final da década de 1960, São Luís adquire novos padrões de crescimento urbano, através de duas fontes de avanços espaciais: a primeira avançou para o litoral Norte da ilha (São Francisco e demais conjuntos habitacionais) e a segunda para o Sudoeste da ilha.

Destarte, é entre o final dos anos 60 e por todo o desabrochar da década setentista que a capital [...] adquire novo traçado urbano. Suas fronteiras expandem-se, rompendo o bloqueio do corredor limitado pelos rios Bacanga e Anil. São marcos desse fenômeno re-espacializante a construção da ponte José Sarney [sobre o rio Anil], inaugurada em 1970, que encurtaria o caminho da cidade para as praias, enobrecendo uma vasta área do seu território, e a edificação da barragem sobre o rio Bacanga, também concluída no ano de 1970. Abrir-se-iam, assim, duas frentes ocupacionais: uma, ao Norte, em direção ao litoral balneário, futura área nobre da cidade

[..], onde os negócios imobiliários ganham vultuosidade, setor da economia urbana que adquire notável dimensão então; outra, a Sudoeste, região de fraca densidade demográfica, mas que logo se tornaria tradicional zona de ocupação periférica da cidade. COSTA (2017, p. 16, apud Júnior, 1999).

Tal fato acentuou a decadência do centro histórico visto que, surgiram novos conjuntos habitacionais na parte nova da cidade, acarretando na migração de boa parte das famílias que residiam na região da Praia Grande.

Esse processo de crescimento urbano e expansão territorial possuem implicações importantes para a configuração do centro antigo da cidade, tema desta pesquisa. Sobretudo, trata-se de uma aceleração do abandono das áreas centrais por parte das classes altas que antes as ocupavam. (COSTA. 2017. p. 17).

Foi então que em 1987, deu-se início ao Projeto Reviver que tinha como objetivo revitalizar o conjunto arquitetônico do centro histórico de São Luís. O Projeto beneficiou cerca de quinze quadras e duzentos imóveis. A partir disso o Centro Histórico e seu entorno tornam-se o principal ponto turístico da Cidade, abrigando bares, restaurantes, museus, repartições públicas e monumentos, além de possuir um forte apelo comercial.

Figura 04. Rua Portugal



Fonte: Rivânio Almeida Santos

Segundo o IPHAN são 190 hectares de área tombada pelo Governo do estado do Maranhão e 60 hectares de área tombada pelo Governo Federal. Atualmente o bairro da Praia Grande aparece no Plano Diretor como Zona de Proteção Histórica (ZPH), o que reforça a importância da conservação e manutenção das áreas tombadas.

Torna-se importante destacar que, apesar de todos os benefícios oriundos do Projeto Reviver, após a sua conclusão, a manutenção e a conservação desses investimentos por parte da Prefeitura, do Estado e da própria população foram mínimas, o que resultou em um processo intenso de degradação do Centro Histórico nos últimos vinte anos. Por conta disso, ainda são encontradas muitas edificações em estado de ruína ou em péssimo estado de conservação.

É nesse contexto de abandono e descaso que, a Praia Grande hoje abriga a maior parte das manifestações culturais da cidade, repartições públicas, escolas, faculdades e pontos de atrações turísticas. É também símbolo de resistência contra os maus tratos do tempo e da má conservação e manutenção.

Apesar de toda heterogeneidade de usos, da diversidade de pessoas que ali circulam e de todo o fervor cultural, nota-se a existência de pontos de insegurança para minorias, principalmente para mulheres, estas que estão suscetíveis a crimes de gênero, portanto passíveis de estudo e conseqüentemente protagonistas do presente trabalho.

4.2 Índices de violência contra as mulheres na Praia Grande

Diante do que foi discutido no presente trabalho, nota-se que a dinâmica vivenciada pela mulher no espaço urbano é um reflexo do seu papel na sociedade, ou seja, a sua rotina e seus percursos estabelecidos refletem o seu papel enquanto estudantes, trabalhadoras, mães, turistas, consumidoras etc. Em face disto, percebe-se a importância do estudo das relações estabelecidas pelas mulheres em suas rotinas enquanto cidadãos que usufruem da Praia Grande. É importante

destacar que, este trabalho dedica-se ao estudo dessas ocorrências de violência contra a mulher em ambiente público.

Na entrevista realizada com a delegada Kazumi Tanaka, ela nos conta que em todos os anos, os bairros que compõem o centro da cidade (o que inclui a Praia Grande), recebem o maior número de registros de ocorrências de crimes perpetrados contra as mulheres, seja em espaço público ou em um ambiente privado. Como dito anteriormente pela mesma, há uma grande ocorrência de assédios em eventos públicos, os quais ocorrem com grande frequência na Praia Grande, principalmente na Praça Nauro Machado.

Figura 05. Vista Superior da Praça Nauro Machado



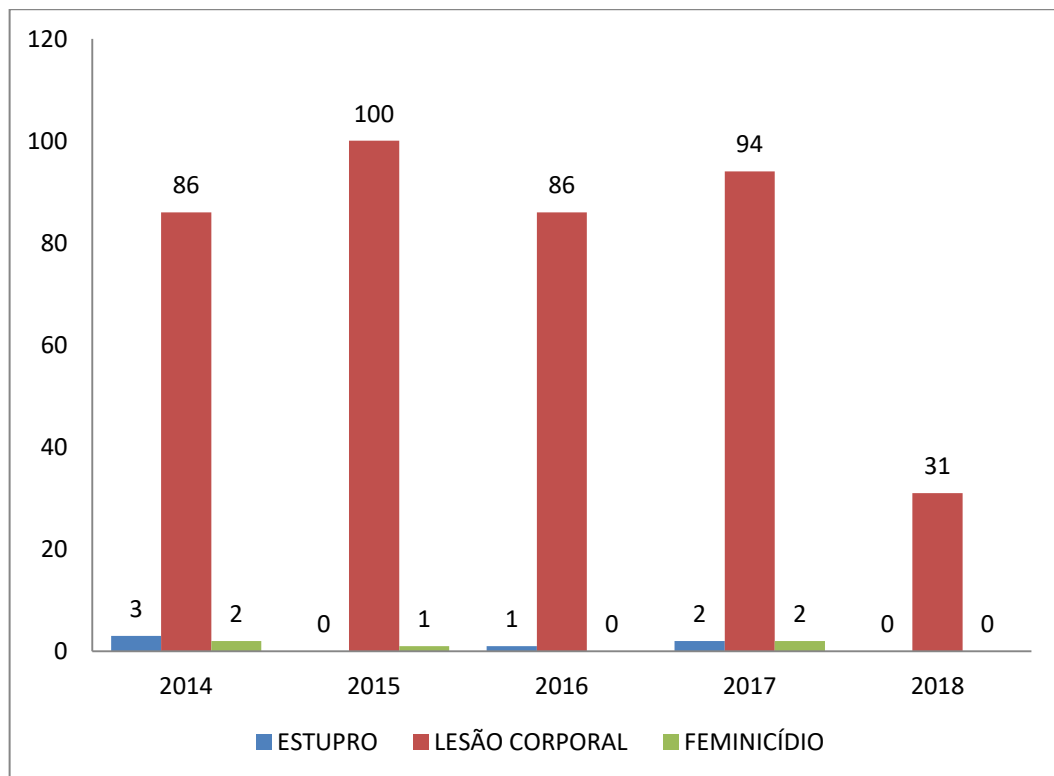
Fonte: Arquivo Pessoal

Na figura acima, se observa a Praça Nauro Machado, que hoje é palco de muitas manifestações culturais da cidade, bem como ponto de encontro para os frequentadores da Praia Grande. A praça possui um número considerável de pessoas que circulam pela região todos os dias, sendo que, esse fluxo aumenta à

medida que se aproxima os finais de semana e conseqüentemente as programações culturais.

Segundo os dados fornecidos pela CIOPS, de janeiro de 2014 a abril de 2018 foram registrados 6 casos de estupro, 397 casos de lesão corporal e 5 casos de feminicídio, todos na região central de São Luís. Como informa os gráficos a seguir.

Gráfico 02. Violência contra a mulher na região central de São Luís entre os anos de 2014 e 2018



Fonte: Elaborado pela autora (2018) com base em dados do CIOPS (2018)

No gráfico, é possível observar que o ano de 2015 foi o mais violento quanto à lesão corporal, obtendo uma aguçada queda em 2016 e sofrendo um aumento em 2017. Apesar de o gráfico mostrar os índices até abril de 2018, já é possível notar um acentuado número de ocorrências em relação aos de lesão corporal. Felizmente até o mês de abril do presente ano, não foram registrados nenhum caso de estupro ou feminicídio na área.

Infelizmente, esses dados fornecidos pela CIOPS não dizem com precisão quantos dos casos citados acima ocorreram na região da Praia Grande,

informando apenas o geral da região central de São Luís. Portanto, para se ter uma noção mais precisa da realidade vivenciada pelas mulheres com relação à violência de gênero na área, buscou-se a Cartografia Social como procedimento metodológico.

4.3 A oficina

A oficina para a elaboração dos mapas participativos através da Cartografia Social ocorreu no dia três de maio de 2018, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UEMA (FAU/UEMA) na Rua da Estrela, Centro. Ao ser divulgada a oficina em grupos de redes sociais, onze meninas demonstraram interesse em participar, além da autora, totalizando 12 jovens mulheres.

Ao elaborar tais mapas, buscava-se obter uma perspectiva das mulheres sobre o espaço público da Praia Grande, no que tange a sensação de insegurança, iluminação, usos e estado das edificações, equipamentos urbanos, manutenção das vias, fluxo de pessoas, entre outros. Tais fatores foram abordados por acreditarmos que são alguns dos aspectos urbanísticos determinantes para se ter uma cidade mais democrática, e para que as mulheres possam se apropriar de um território que é de todos, sem estar refém de horários mais seguros, da circulação de pessoas ou da má iluminação, por exemplo.

4.3.1 O perfil das mulheres participantes

O perfil das mulheres escolhidas para participar das oficinas baseou-se em dois importantes fatores, tais como: ter a Praia Grande como parte de sua rotina e estar dentro da faixa etária correspondente ao que dizem os índices apresentados.

Como já dito anteriormente pela Delegada Kazumi Tanaka, a faixa etária mais suscetível aos crimes de gênero no espaço urbano está entre 18 e 35 estendendo até os 40 anos ao incluir estupro e feminicídio, portanto é imprescindível utilizar de agentes sociais que estivessem nessa faixa etária e que estivessem mais

vulneráveis a esse tipo de violência e que pudessem de alguma forma colaborar com experiências possivelmente já vividas.

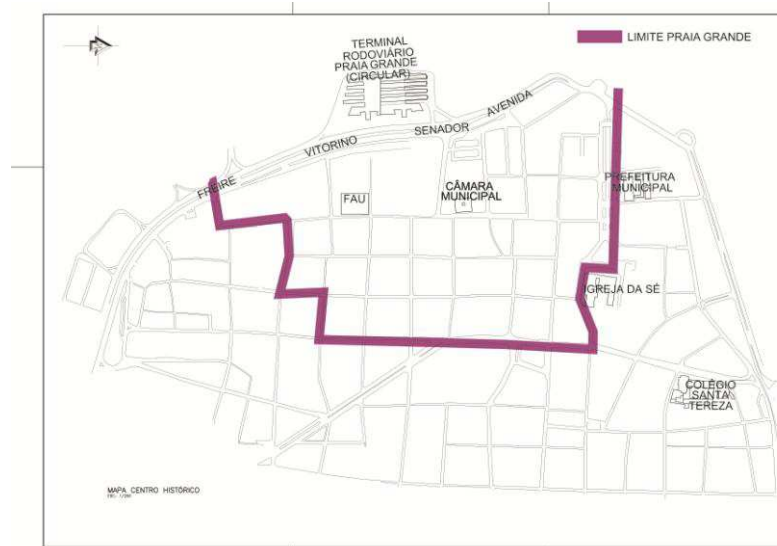
Acredita-se também ser importante buscar mulheres que usufruem da Praia Grande diariamente e tem ela como parte de sua rotina.

Em face disto, acredita-se que esse perfil que estávamos buscando adapta-se perfeitamente com as mulheres estudantes da FAU/UEMA, visto que estas utilizam da área durante cinco anos ou mais, e não só transitam pela área para chegar à faculdade como, usufruem da localidade para seu lazer e diversão, e estudam seu traçado, dinâmica e história, além de estarem em sua maioria dentro da faixa etária buscada. Portanto, viu-se nessas mulheres a oportunidade de entender parte da dinâmica estabelecida ao ser mulher e frequentadora da Praia Grande.

4.3.2 Dinâmica da oficina

Inicialmente foi entregue um mapa em formato A2, na escala de 1/2500 contendo parte do Centro Histórico de São Luís, com a delimitação que julgamos ser adequada para a área da Praia Grande e alguns pontos de referência para facilitar a sua localização no ambiente em foco. Foi pedido a elas que se dividissem em grupos de três ou quatro pessoas.

Mapa 01. Mapa de parte do Centro Histórico de São Luís que foi fornecido para a realização da oficina



Fonte: Elaborado pela autora (2018)

Foi solicitado a elas que se dividissem em grupos, logo foram formados três grupos: um grupo de cinco, um grupo de quatro e um grupo de três. Em seguida, foi explicado o que era a cartografia social e o que se buscava através da produção de tais mapas.

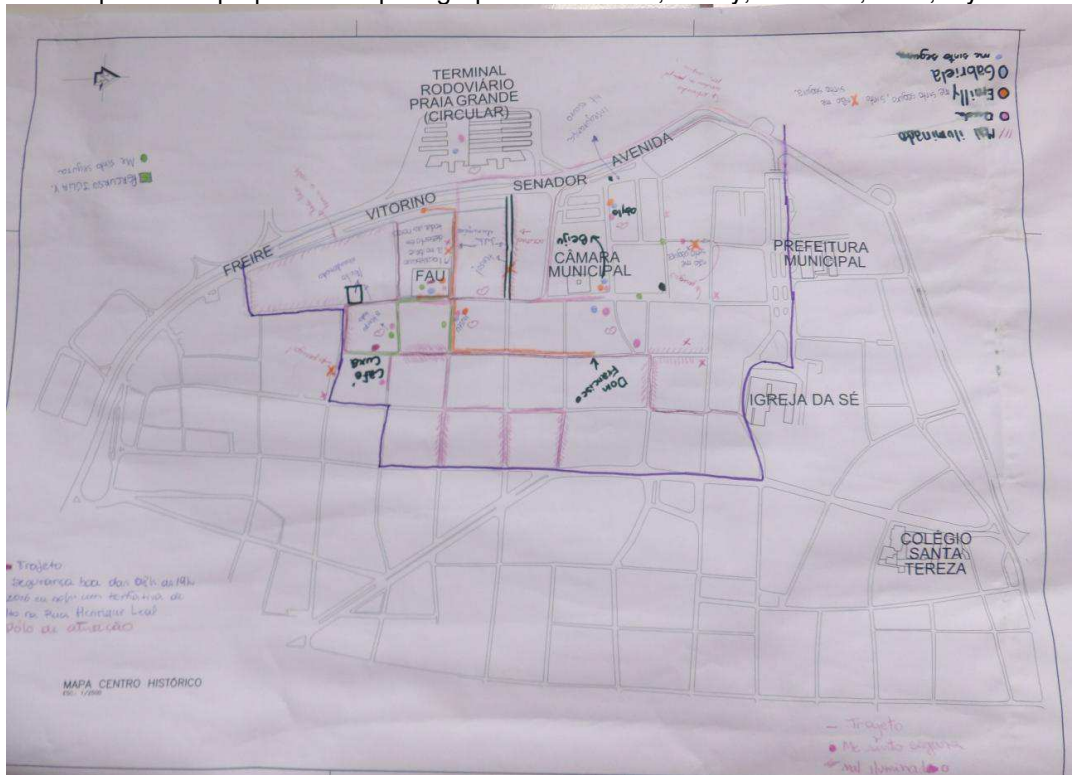
Figura 06. Garotas durante a oficina de mapas participativos



Fonte: Arquivo Pessoal

Foi solicitado também que nesses mapas elas colocassem os percursos que costumam fazer a pé, ou em algum meio de transporte, os locais com pouca iluminação, os pontos em que se sentiam mais inseguras, os polos atrativos de pessoas, entre outras informações que elas achassem pertinente colocar. Buscou-se deixá-las o mais confortável possível para a elaboração da linguagem gráfica, a fim de facilitar a transmissão do conteúdo desejado. Ao final foram elaborados três mapas, como podemos ver a seguir:

Mapa 02. Mapa produzido pelo grupo 01: Eduarda, Emily, Gabriela, Júlia, Myrta



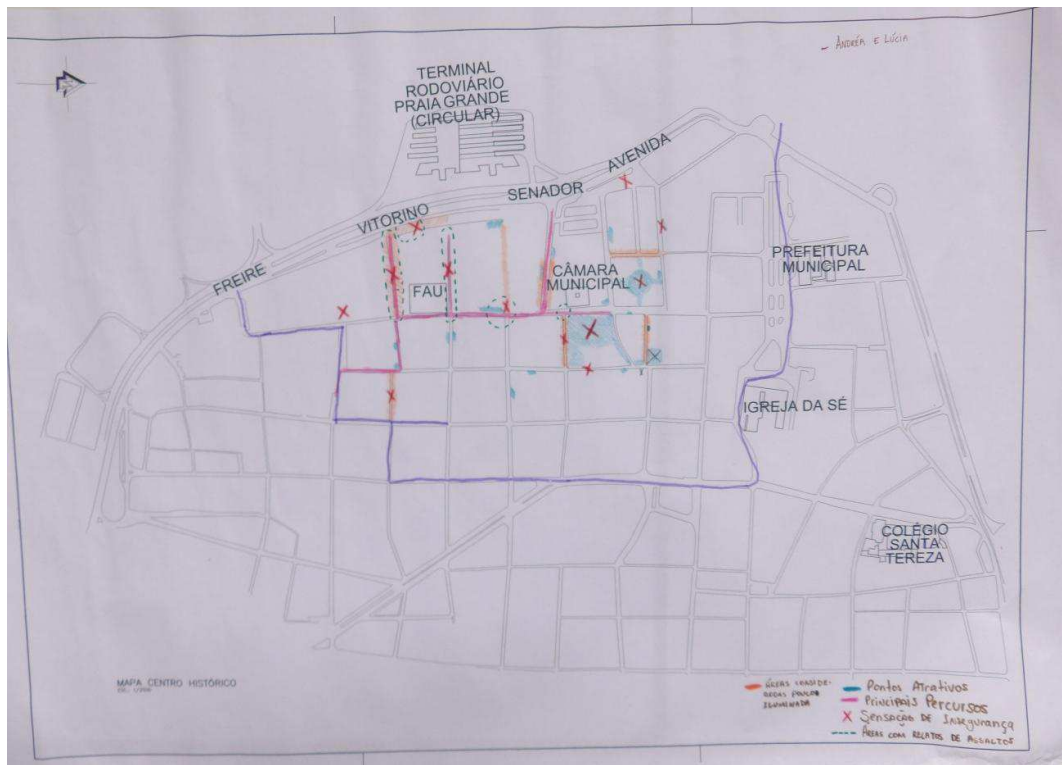
Fonte: Arquivo Pessoal

Mapa 03. Mapa produzido pelo grupo 02: Ingrid, Juliane, Mayara e Raynara



Fonte: Arquivo Pessoal

Mapa 04. Mapa produzido pelo grupo 03: Andrea, Lúcia e Maria Teresa



Fonte: Arquivo Pessoal

Tornou-se importante destacar que, para uma melhor visualização e entendimento do conteúdo apresentado pelos mapas, foram elaborados mapas digitais que auxiliam na interpretação das informações coletadas, resultando na análise e discussão do estudo de caso proposto.

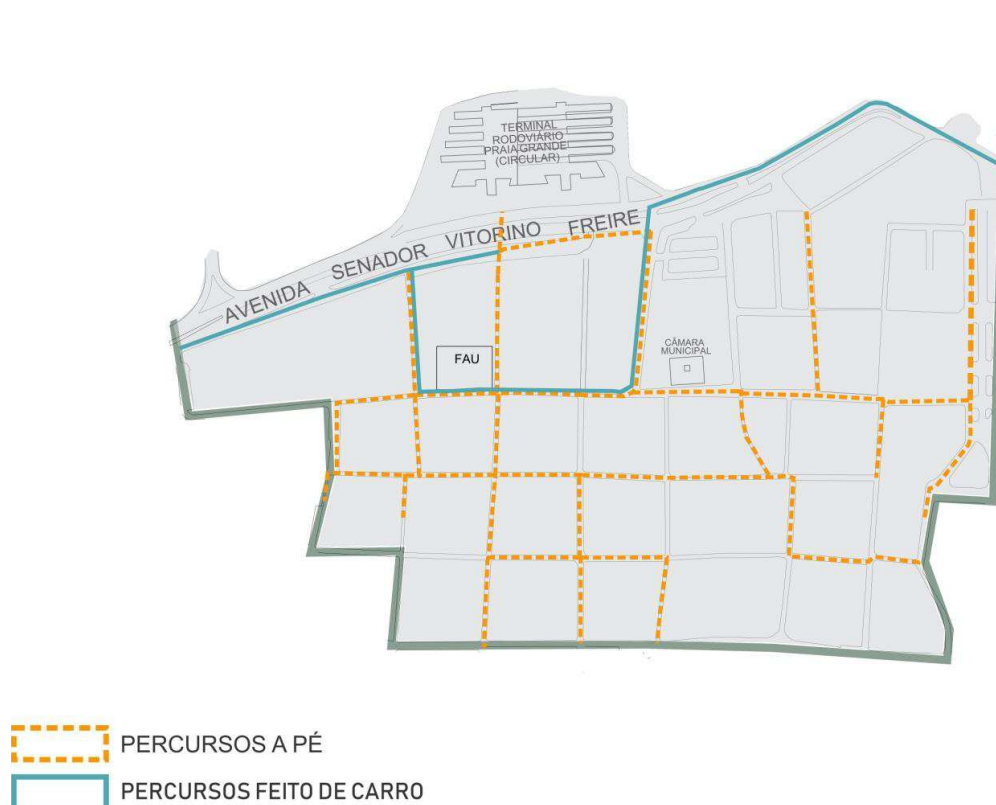
4.4 As corpografias urbanas da Praia Grande

Em face dos dados que foram coletados através da produção dos mapas participativos, muitas discussões podem ser levantadas a respeito da dinâmica estabelecida no campo empírico pelas mulheres que usufruem daquele espaço. Portanto, buscam-se compreender as experiências corporais dessas mulheres no ambiente urbano da Praia Grande, estas que são chamadas por Jacques (2008) de corpografias urbanas, ou seja, o registro da experiência de seus corpos na cidade.

Em face disto, a primeira experiência corporal a ser observada é o mapa referente aos percursos (Mapa 05) feitos por elas. De início, logo se ressalta que os percursos realizados são em sua maioria feitos a pé e que possuem os mais variados destinos tais como a FAU/UEMA, Praça Nauro Machado, Centro Cultural Vale e outros museus, bares e lanchonetes, MD Papéis, entre outros. Enquanto os percursos feitos em automóveis são curtos dentro do centro histórico, sendo apenas para chegar até a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo na Rua da Estrela. Tal fato é visto por Jacques (2008) como uma experiência corporal de empobrecimento urbano, ou seja, criam-se cidades com espaços desencarnados.

Através da análise dos mapas pôde-se perceber também que, a metade das mulheres faz uso do transporte público e a outra metade utiliza de meios de transporte privado, estando bem equilibrado nesse sentido, embora o trajeto feito de automóvel seja reduzido.

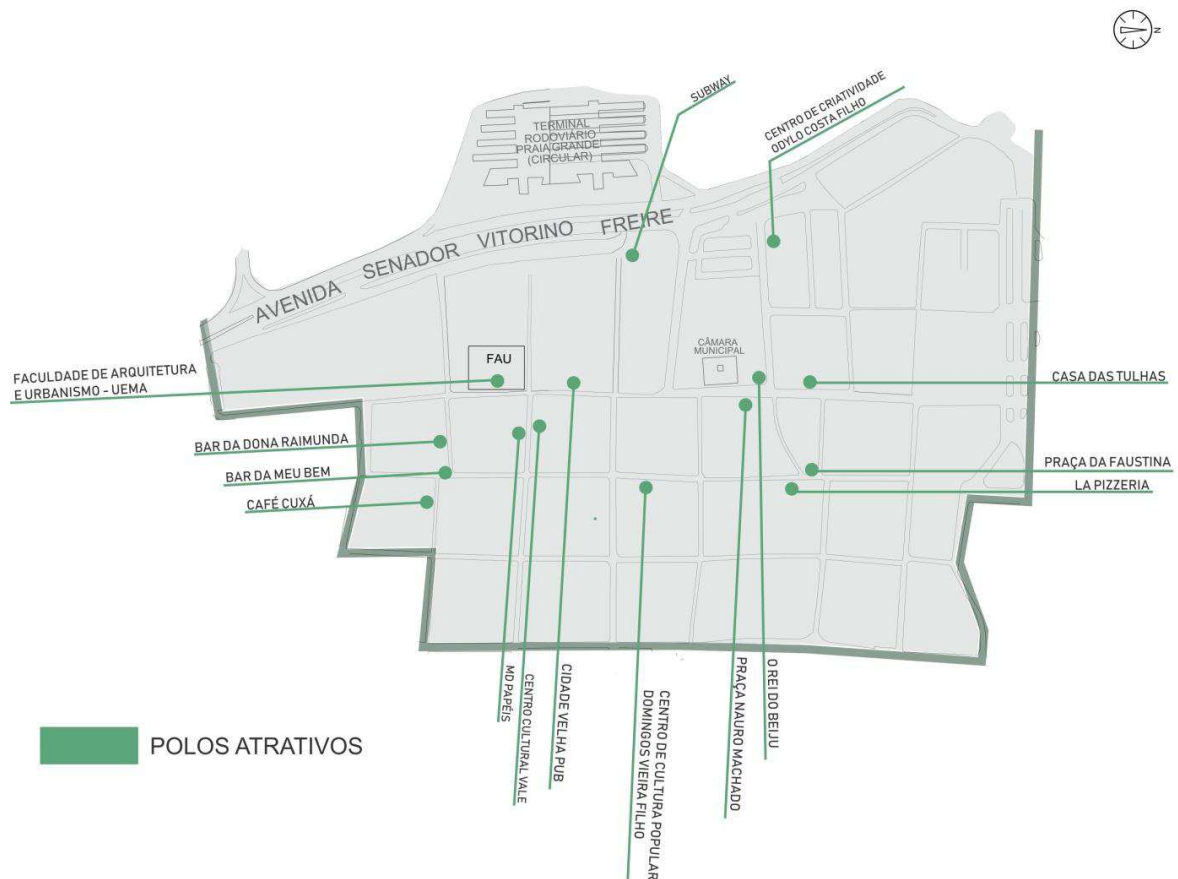
Mapa 05. Mapa de percursos



Fonte: Elaborado pela autora (2018)

Ao analisarmos no mapa de percursos (Mapa 05), em especial os percursos feitos a pé, ao mapa de polos atrativos de pessoas (Mapa 06) percebemos que todos esses lugares estão localizados dentro dos percursos realizados com frequência por elas, portanto pôde-se compreender que são para esses polos atrativos que elas se deslocam. Observa-se também que nos principais polos atrativos mencionados por elas há uma predominância de uso, tais como: comercial (lanchonetes, restaurantes, bares e lojas), educacional, turístico e cultural (museus e praças).

Mapa 06. Mapa de polos atrativos de pessoas



Fonte: Elaborado pela autora (2018)

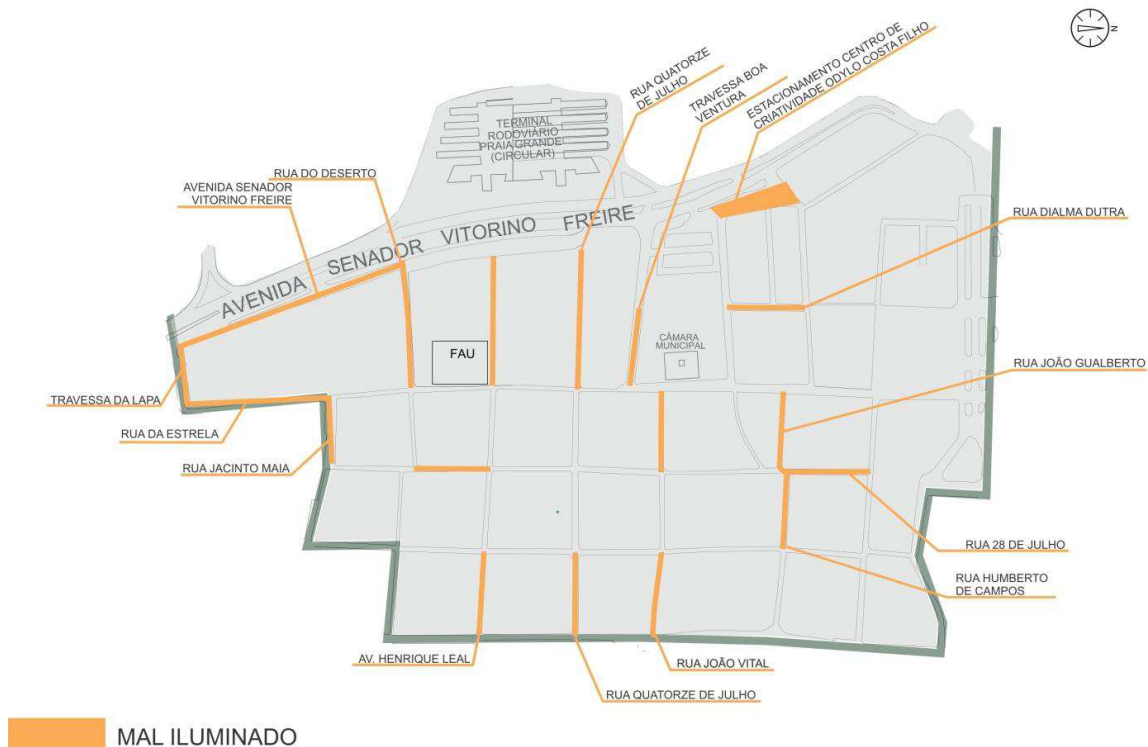
Ao analisarmos os dois mapas anteriores, pode-se perceber que quem anda a pé consegue usufruir e observar os pontos de atração de pessoas, vivenciando por inteiro a cidade, enquanto aquelas que fazem o percurso de carro não conseguem ter a mesma percepção sobre a cidade. Entretanto, aquelas que

transitam a pé estão mais sujeitas às consequências de um lugar não seguro para as mulheres.

A relação da mulher com o espaço da cidade (considerando as diferentes experiências das mulheres com o espaço de acordo com seus lugares sociais) é parte da construção de seu papel na sociedade, das suas responsabilidades no dia a dia, da forma com que é recebida e vista nos lugares, mas também de como o espaço se apresenta a ela. A insegurança, a impossibilidade de percorrer ou estar onde quer que seja em determinados dias e horários e o medo são causados pelo social, no sentido de que o mal que temos medo é causado por outra pessoa e nossas relações, mas são reforçados pelo espaço e seus elementos. (PECCINI. 2016. p. 65).

Por exemplo, no mapa de iluminação (Mapa 07) podem-se observar os locais mal iluminados, e que por consequência causam a sensação de insegurança para aquelas que circulam ali. Esses locais não estão presentes no mapa de polos de atração (Mapa 6), sendo, portanto, locais que repelem pessoas.

Mapa 07. Mapa de má iluminação



Fonte: Elaborado pela autora (2018)

As ruas destacadas no mapa de má iluminação (Mapa 07) repetem-se em sua maioria no mapa de sensação de insegurança (Mapa 08). Essas ruas identificadas como mal iluminadas possuem características semelhantes quanto aos seus usos, ou seja, há uma predominância de ruas que são utilizadas como passagem e não como destinos finais, por não conterem pontos atrativos de pessoas, portanto, não receberam a devida atenção quanto aos equipamentos urbanos de iluminação.

Nota-se também que os mesmos locais que tem uma sensação de insegurança de 24 horas são mal iluminados assim como também não possuem polos atrativos de pessoas. Nessas mesmas ruas, há um grande número de fachadas inativas, podem também ser identificadas edificações em ruínas, como observado neste ponto da Rua da Estrela (Figura 12).

Figura 07. Final da Rua da Estrela



Fonte: Arquivo Pessoal

Aqueles locais que são considerados por elas inseguros a partir das 18 horas ainda possuem polos atrativos, mas que fecham no final do dia, causando assim, a redução do fluxo de pessoas, ou seja, essas ruas possuem uma

predominância de uso monofuncional, caracterizadas por conter térreo e demais pavimentos utilizados para comércio, assim, gerando fluxo pedonal dependente do horário comercial, criando-se um ambiente hostil para a circulação segura.

Mapa 08. Mapa de sensação de insegurança

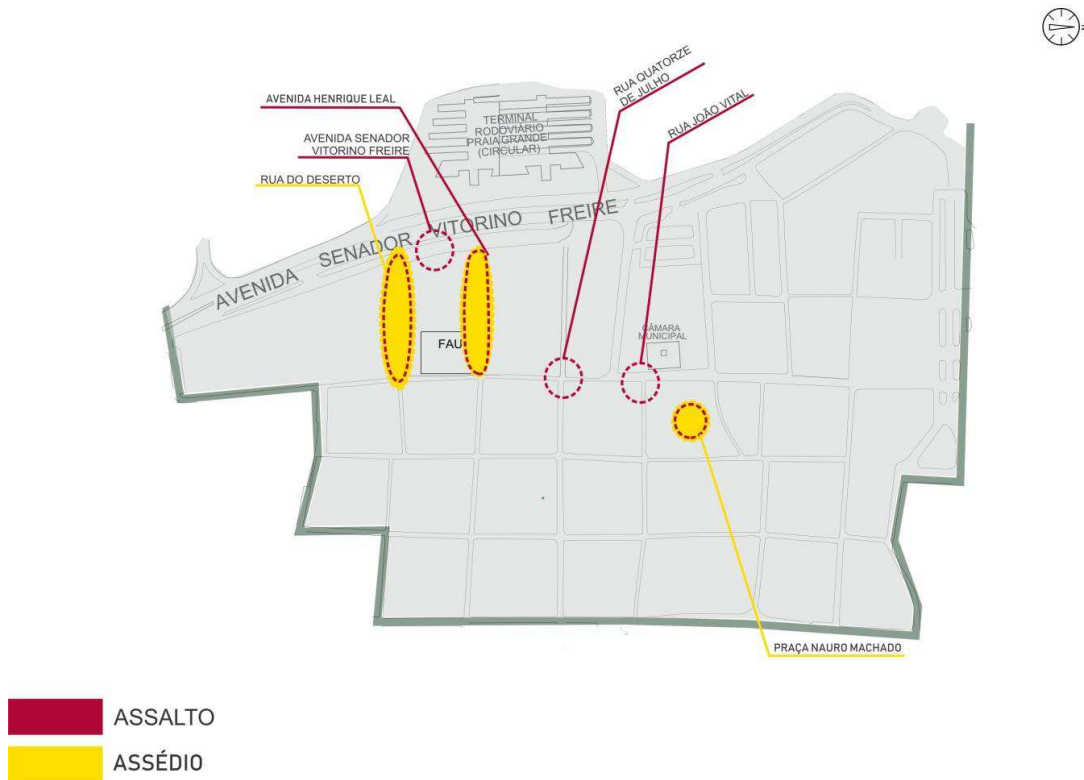


Fonte: Elaborado pela autora (2018)

As localidades enfatizadas no mapa de má iluminação (Mapa 07) e no de sensação de insegurança (Mapa 08) também podem ser encontrados no mapa de relatos de violência contra mulheres (Mapa 09).

Torna-se importante ressaltar que, alguns locais aparecem no mapa de sensação de insegurança (Mapa 08) e no mapa de polos atrativos (Mapa 06), tais como a Praça Nauro Machado, a Casa das Tulhas e o estacionamento do Centro de Criatividade Odylo Costa Filho. Essas localidades possuem o aglomerado de pessoas como denominador em comum. Algumas das jovens mulheres da FAU relataram que nesses locais as mesmas já foram vítimas de assédio, portanto não se sentindo completamente seguras.

Mapa 09. Mapa de relatos de violência



Fonte: Elaborado pela autora (2018)

Em face disso, vale lembrar o que a Delegada Tanaka fala: as denúncias de assédio em sua maioria ocorrem em eventos públicos, onde há um maior aglomerado de pessoas, assim também como nos seu extremo oposto, ou seja, locais desertos e que dificultem a identificação do agressor por meio de terceiros, como por exemplo, a Avenida Henrique Leal (Figura 09) e a Rua do Deserto.

Esses mesmos locais mal iluminados, inseguros e com relatos de violência fazem parte do percurso de todas as mulheres participantes da oficina, portanto estando sujeitas aos mais diversos tipos de violência de gênero. O que nos mostra o quão difícil é ser mulher na cidade contemporânea, de modo que o existir da mulher está subordinado às ideologias de uma sociedade que sexualiza, expõe e objetifica o corpo feminino. Portanto, ser mulher é resistir.

Isto quer dizer que procuramos as brechas para existirmos na cidade. Achamos brechas quando ousamos votar, estar nas ruas trabalhando, ousamos ser donas de nosso sistema reprodutivo, ousamos falar, gritar e chorar em público por nossas perdas, pela violência que sofremos,

ousamos existir segundo o que acreditamos ser a existência em nosso tempo. Isso nada mais é que resistir através de nossos corpos e práticas sociais. (TAVARES. 2017. p. 7).

Figura 08. Avenida Henrique Leal



Fonte: Arquivo Pessoal

Em face disto, ao analisarmos tais mapas concluímos que, os aspectos levantados nessa análise estão diretamente relacionados ao poder que o urbanismo tem de mudar a vivência da cidade pela mulher. A partir do momento em que é retirada da mulher a sensação de segurança, bem como, impedido o seu ir e vir seguro, não só se está ferindo o direito das mulheres à cidade, mas também à liberdade de uso e de apropriação daquele espaço. Ademais, lhes é negado, também, o sentimento de pertencimento à Praia Grande. Tal fato, também é fruto da privatização e da não apropriação de espaços públicos, como afirma Jacques (2007).

Os novos espaços públicos contemporâneos, cada vez mais privatizados ou não apropriados, nos levam a repensar as relações entre urbanismo e corpo, entre o corpo urbano e o corpo do cidadão. A cidade não só deixa de ser cenário mas, mais do que isso, ela ganha corpo a partir do momento em que ela é praticada, se torna "outro" corpo. Dessa relação entre o corpo do

cidadão e esse “outro corpo urbano” pode surgir uma outra forma de apreensão urbana e, conseqüentemente, de reflexão e de intervenção na cidade contemporânea. (JACQUES. 2007. p. 2).

Logo, cabe a reflexão sobre o papel do urbanismo como influência nas experiências corporais dentro do ambiente urbano, entendendo que ele deve estar aliado às mudanças culturais e políticas da sociedade como um todo, de modo que ambos combatam a desigualdade de gênero e promovam cidades que possam fornecer experiências urbanas seguras e democráticas.

5 O URBANISMO SOB A PERSPECTIVA DE GÊNERO APLICADO À PRAIA GRANDE

O capitalismo influencia diretamente no gerenciamento e planejamento do espaço urbano. Partindo da teoria de que o espaço urbano é fruto das relações sociais estabelecidas dentro dele (como dito anteriormente), logo se percebe que, o sistema capitalista faz com que o urbanismo trabalhe a seu favor exercendo a função de controle social e demarcação da classe dominante. Nesse urbanismo há uma forma patriarcal de pensar as cidades, o que consciente ou inconscientemente propõe que as mulheres aceitem a forma masculina de se planejar e gerir cidades, que em sua maioria (por influência da sociedade patriarcal que vivemos) não leva em conta a importância das dinâmicas e das práticas sociais que a rotina da mulher requer, como mostra Melo (2017):

A perpetuação do poder se estabelece ao universalizar os espaços pela visão dominante, a “cidade androcêntrica”, ou seja, pautada pelo patriarcado, que se mostra como significativa ferramenta mantenedora do status quo. As relações de poder como o patriarcado, racismo e a oposição entre classes criam cisões que se materializam no urbano, com linguagens próprias e signos implícitos, porém eficazes em seu objetivo. (MELO. 2017. p. 11).

Em face desta problemática de gênero que fora levantada anteriormente por Melo (2017) e do que foi percebido sobre as corporalidades da mulher na Praia

Grande, neste capítulo busca-se levantar premissas do urbanismo sob a perspectiva de gênero que possam combatê-la da melhor maneira possível.

As cidades devem pressionar os urbanistas e os arquitetos a reforçarem as áreas de pedestres como uma política urbana integrada para desenvolver cidades vivas, seguras, sustentáveis, e saudáveis. Igualmente urgente é reforçar a função social do espaço da cidade como local de encontro que contribui para os objetivos da sustentabilidade social e para uma sociedade democrática e aberta. (GEHL. 2013. p. 6).

Como dito por Gehl (2013), o urbanismo deve trabalhar em função da criação de cidades democráticas e abertas, isso inclui o combate às diferenças de gênero dentro do espaço urbano. Partindo do pressuposto de que, o urbanismo sob a perspectiva de gênero tem o objetivo de alcançar a igualdade de gênero dentro do espaço urbano, combater a opressão contra minorias e de que cidades pensadas para as mulheres são seguras para todos, trago premissas urbanísticas que podem contribuir para com o objetivo proposto para o nosso campo empírico, colaborando assim para uma melhor vivência da corporalidade urbana das mulheres que fazem uso da localidade.

5.1 Vigilância natural

Um fator de grande influência para aumentar a segurança das mulheres no ambiente público é a “vigilância natural” exercida pelos cidadãos, ou seja, a partir do momento que se tem pessoas circulando nas ruas, conseqüentemente se terá uma maior observação do interior (edificações) para o exterior (rua) e vice e versa, bem como uma maior facilidade de comunicação, o que também auxilia na vigilância, aumentando assim a sensação de segurança. Como coloca Peccini:

[...] é importante a criação de situações que permitam com que a/o pedestre exerça a “vigilância natural”, ou seja, que permita a movimentação do espaço, a presença de pessoas e a comunicação entre elas. (PECCINI. 2016. p. 78).

Torna-se importante destacar que, não basta apenas ter pessoas circulando nas ruas, o vigilante natural deve sentir-se convidado a permanecer, portanto é necessária a oferta de um mobiliário convidativo, por exemplo, quanto mais bancos se têm em uma determinada localidade maior será o convite para as pessoas sentarem e ali permanecerem, obviamente, uma vegetação com boa manutenção e que propicie um microclima agradável também exercerá influência.

Assim como um mobiliário convidativo, portas e janelas também favorecem na observação direta ou indireta do ambiente, na sua permanência e principalmente na sua comunicação. Ressalta-se que, essas esquadrias devem estar ativas, ou seja, a edificação na qual ela pertence deve conter vida ativa para que exerça a função de olhos na rua, utilizando não só da edificação, mas também do seu entorno.

A vigilância natural, não só interfere na segurança do espaço urbano, como também influencia diretamente na sensação de pertencimento à cidade e na corpografia urbana do cidadão, tal fato pode ser relacionado ao que Jacques (2008) explica: pertencer de fato àquele espaço vivido transforma a cidade, fazendo com que ela deixe de ser apenas um cenário e passe a ser vista como palco de um espetáculo em que o habitante será protagonista e não apenas um espectador inativo.

Figura 09. Praça Nauro Machado



Fonte: Foursquare

Tais fatores podem ser observados na Praça Nauro Machado (Figura 10), que como dito pela maioria das mulheres participantes da oficina é um local seguro no qual há uma sensação de pertencimento, muito embora a partir do momento em que se tem um maior aglomerado de pessoas há uma maior ocorrência de assédios.

Na Praça nota-se uma predominância de vigilantes naturais em relação à outras localidades da Praia Grande. Tal fato deve-se a quantidade generosa de bancos, e polos atrativos de pessoas no seu entorno, como lanchonetes, vendedores ambulantes, bares e repartições públicas.

Segundo Gehl (2013), uma cidade feita para pessoas deve possibilitar aos seus usuários três atividade humanas básicas: ver, ouvir e falar. Ao analisarmos a vigilância natural e o que foi explanado aqui sobre a mesma, pode-se perceber que ela é exatamente a combinação dessas três atividades.

5.2 Diversidade de usos e pessoas

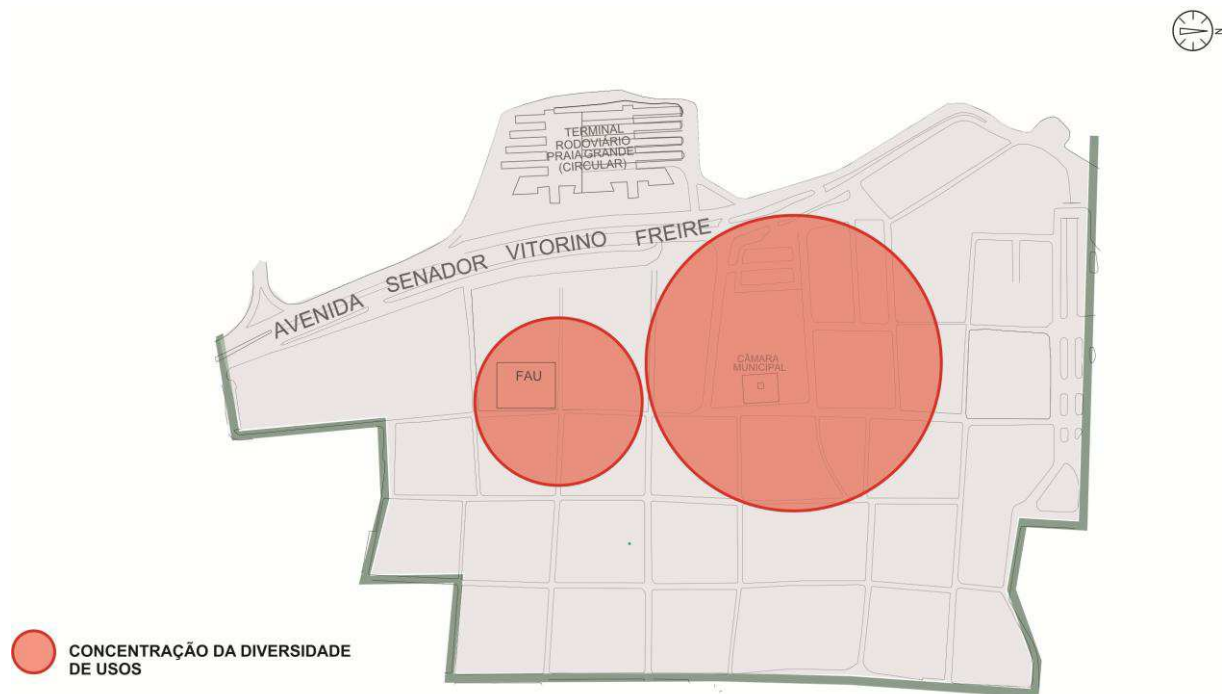
Uma diversidade de usos para as edificações e para os espaços públicos exerce uma grande influência diante das dinâmicas que são estabelecidas dentro do espaço urbano, isto é, a partir do momento em que se tem estabelecimentos com funções diferenciadas é bem provável que se tenha diferentes horários de funcionamento, e conseqüentemente a circulação de pessoas será em um espaço de tempo maior, possibilitando assim, um maior usufruto do espaço urbano.

Por exemplo, ao imaginar um bairro que tem usos múltiplos, tais como escolas, faculdade, restaurantes, comércio de varejo, atrações culturais, espaços públicos que possibilitem um caminhar seguro, o desejo de permanência, uma boa experiência sensorial, conseqüentemente esse bairro terá uma vida mais ativa em relação a um bairro majoritariamente residencial, no qual as pessoas passam a maior parte do tempo dentro de suas residências e não transitam a pé caso não haja atrativos que as façam sair de casa e permanecerem no entorno, não exercendo assim, uma corporalidade urbana de qualidade.

A multiplicidade de usos em um determinado espaço atrai as mais diversas pessoas com os mais diferentes objetivos, tornando esse espaço multicultural, mais acolhedor e democrático.

Como já dito anteriormente, acredito que a Praia Grande possui sim, uma diversidade de usos e conseqüentemente há uma heterogeneidade de pessoas que usufruem da localidade. Entretanto, observo que essa multiplicidade está concentrada em uma pequena área, como pode ser visto no Mapa 10.

Mapa 10. Mapa da concentração da diversidade de usos



Fonte: Elaborado pela autora (2018)

Tal fato acarreta na baixa vitalidade das ruas que estão no entorno da região destacada no Mapa 10. Conseqüentemente, em uma alta sensação de insegurança, remetendo ao que foi observado no Mapa 08.

Portanto, acredito que essa premissa traz consigo a responsabilidade de distribuir homogeneamente a diversidade de usos na malha urbana da Praia Grande além de estabelecer uma atuação coletiva do espaço público, para que se tenha uma vitalidade urbana, seja durante o dia ou durante a noite.

5.3 Infraestrutura e mobilidade

A infraestrutura urbana e a mobilidade agem diretamente na corporalidade urbana do cidadão. Por exemplo, nos locais indicados no mapa de má iluminação (Mapa 07) foi relatado pelas jovens mulheres da FAU que, são essas ruas que elas evitam circular a pé no período noturno, sendo esses lugares em que a experiência corpórea delas não foi agradável.

Ao transitar nas ruas destacadas no Mapa 07, pude perceber que até existem algumas arandelas e lâmpões responsáveis pela iluminação pública, mas a quantidade de penumbra é superior à iluminação fornecida pelos mesmos.

Outro fator a ser destacado é a temperatura da luz, isto é, a maioria da iluminação da Praia Grande é composta por lâmpadas que emitem cores quentes e que transmitem uma sensação bucólica, deixando também mais áreas de penumbra. A exemplo disso, temos esse trecho da Rua 28 de Julho (Figura 11), onde pode ser notada a imensa quantidade de penumbra apesar considerável quantidade arandelas nos casebres.

Figura 10. Rua 28 de Julho



Fonte: Arquivo Pessoal

Uma boa pavimentação, calçadas livres de obstáculos e uma acessibilidade de acordo com a NBR 9050, são capazes de atrair mais pessoas para as regiões com maior sensação de insegurança de acordo com o Mapa 10, ajudando a conquistar uma maior sustentabilidade social.

Sustentabilidade social é um conceito amplo e desafiador. Parte do seu foco é dar aos vários grupos da sociedade oportunidades iguais de acesso ao espaço público e também de se movimentar pela cidade. A igualdade é incentivada quando as pessoas caminham e andam de bicicleta, em combinação com o transporte público. Mesmo sem seus carros, as pessoas devem ter acesso ao que a cidade oferece e à oportunidade para uma vida cotidiana sem restrições impostas por opções ruins de transporte. A sustentabilidade social também tem uma importante dimensão democrática que prioriza acessos iguais para que encontremos “outras pessoas” no espaço público. Um pré-requisito geral é um espaço público bem acessível, convidativo, que sirva como cenário atraente para encontros organizados ou informais. (GEHL. 2013. p. 109).

Um caminho agradável é capaz de transformar a percepção da distância física, de modo que o pedestre pode inclusive esquecê-la percorrendo uma distância maior sem que se perceba.

Portanto, acredito que ruas bem pavimentadas, iluminação com temperatura de cor mais fria, luminárias espaçadas uniformemente sem deixar lacunas, acessibilidade garantida, calçadas sem obstáculos, são imprescindíveis na busca pela sustentabilidade social daquele local e conseqüentemente uma boa experiência corpórea.

5.4 Múltiplos caminhos

Um caminhar seguro para as mulheres é de extrema importância para garantir a sustentabilidade social. Um fator que influencia diretamente nesse caminhar seguro são os múltiplos caminhos fornecidos durante os seus percursos.

Esses múltiplos caminhos podem ser conquistados através de espaços livres de grades, muros, com fachadas ativas, além de esquadrias a nível dos olhos.

Observar-se na Rua do Deserto (Figura 12) que, não se tem possibilidade de dispersão caso haja uma ameaça a integridade da mulher que circula ali, apesar da enorme quantidade de esquadrias, isso se dá pela falta de esquadrias ativas que possam ser utilizadas em um caso como esse.

Figura 11. Rua do Deserto



Fonte: Arquivo Pessoal

A tipologia arquitetônica da Praia Grande, não permite que se tenha uma quantidade expressiva de muros ou gradis que limitam os lotes, mas há um número relevante de esquadrias inativas, e de casarões em ruínas ou sem uso estipulado, o que gera uma dificuldade na multiplicidade dos caminhos para as mulheres que ali circulam.

A possibilidade de dispersão dentro do um ambiente urbano traz consigo uma circulação plena, uma vez que se busca o caminho mais seguro e confortável para o trânsito dessas mulheres, além de aumentar a comunicação visual e sonora entre os vigilantes naturais.

5.5 Limpeza e manutenção

A limpeza e a manutenção dos espaços públicos, dos equipamentos urbanos, dos lotes e das edificações abandonadas são essenciais para uma corporalidade urbana saudável, estando relacionada diretamente à salubridade, mobilidade, e à segurança.

O que nos remete ao que fora explicado pela delegada Kazumi Tanaka na entrevista que me foi concedida: nos crimes de gênero as abordagens geralmente ocorrem em locais ermos e que após essa abordagem o agressor leva as vítimas para locais abandonados, com vegetação abundante e sem manutenção, para que a sua identificação torne-se dificultada.

Na observação do ambiente estudado, a autora pôde observar a quantidade generosa de casarões em ruínas e sem estado de abandono. Essas edificações podem facilitar a abordagem de mulheres para a prática de crimes sexuais. Tal fato pode ser exemplificado na Figura 13, onde podem ser observados alguns exemplos de edificações abandonadas e em ruínas.

Figura 12. Casarões da Praia Grande em estado de abandono e/ou em ruína



Fonte: Elaborado pela autora (2018)

Como exemplo, temos também um terreno sem uso (Figura 14) localizado na Avenida Senador Vitorino Freire e na Rua da Estrela. Esse terreno encontra-se sem uso, com vegetação abundante, acúmulo de lixo, e próprio para o consumo de drogas, além de influenciar na sensação de insegurança do seu entorno. Vale ressaltar que este terreno foi indicado pelas jovens mulheres da FAU como um local mal iluminado, com sensação de insegurança que perdura 24 horas, sendo um local que elas evitavam circular a pé por acreditarem que não estavam completamente seguras na área.

Figura 13. Terreno sem uso na Avenida Senador Vitorino Freire



Fonte: Arquivo Pessoal

Ademais, acredito que atribuir um uso a esse terreno consequentemente trará benefícios que mudarão completamente a corporalidade urbana das mulheres. Como por exemplo, se fossem destinados a esse terreno a função de área de interesse social e cultural que atendessem às necessidades da população que utiliza do centro histórico, causaria mudanças significativas na qualidade de vida dessa população e consequentemente na corporalidade urbana das mulheres.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo entender a corpografia da mulher no ambiente urbano, analisar o modo como a forma urbana é um agente influenciador nos índices de violência contra a mulher, além de trazer premissas do urbanismo sob a perspectiva de gênero que possam combater este tipo de violência dentro do ambiente urbano, e assim contribuir para a sustentabilidade social das cidades.

Esses objetivos foram motivados pelo desejo da autora de combater as opressões sofridas pelas mulheres todos os dias, seja dentro de casa, na rua ou no ambiente de trabalho. Encontrei na cartografia social e na perspectiva das jovens mulheres da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UEMA, uma forma de compreender como o corpo da mulher é visto e como ela se vê dentro campo empírico, o Bairro da Praia Grande.

Diante dos objetivos propostos, conclui-se que, a violência de gênero é resultado de uma sociedade patriarcal, que desde sempre associou o sexo biológico ao gênero, criando padrões comportamentais e impondo-os a ambos os sexos. A partir disso, associou-se à mulher ao corpo e o homem a mente. A sociedade passa então, a estabelecer relações desiguais entre homens e mulheres, estando a mulher subordinada ao homem e assim sujeita a todos os tipos de opressão.

O espaço urbano é um reflexo das construções passadas e atuais da sociedade, portanto a cada estupro, assédio, difamação, feminicídio, perpetrados contra as mulheres no ambiente urbano, pode-se enxergar o produto de uma sociedade que constantemente subordina a nós, mulheres e sexualiza o corpo feminino. Isso faz com que a experiência corporal das mulheres dentro do espaço urbano seja completamente diferente da corporalidade masculina. A mulher consciente ou inconscientemente tem a sua sensação de pertencimento à cidade roubada, a medida que deixa de usufruir do espaço público por medo ou por não sentir que aquele espaço foi feito para ela.

No bairro da Praia Grande não é diferente, através do procedimento metodológico utilizado, a Cartografia Social, pôde-se compreender as fragilidades urbanísticas da região e que por consequência influenciam na experiência corporal das mulheres que transitam ali.

Ao analisar os mapas resultantes da oficina de cartografia social, percebeu-se como a problemática da má iluminação interfere na percepção que as mulheres têm da Praia Grande, influenciando de tal maneira que elas mudam os seus percursos por não se sentirem seguras em transitar onde não há iluminação adequada, em que possam ver e serem vistas.

O mesmo acontece nos locais onde não há uma quantidade expressiva de circulação de pessoas, essas ruas são as mesmas que possuem edificações com usos restritos ao horário comercial, com predominância de uso residencial, e também ruas que contem uma quantidade relevante de imóveis em abandono.

Nos mapas, elas relataram os locais em que já haviam sofrido algum tipo de violência. Sobre assédio, pode-se observar que eles geralmente ocorrem nos locais com uma aglomeração maior de pessoas, como por exemplo, a Praça Nauro Machado, nos dias em que há eventos culturais. Quanto a roubos e furtos, estes ocorrem em ruas que há uma ausência de vigilantes naturais, uma deficiência em iluminação, além da carência de possibilidades de dispersão. Estes são fatores que encorajam o agressor a cometer tais crimes, pois ele acredita que o seu reconhecimento será dificultado.

Analisou-se também os polos atrativos de pessoas, tais como restaurantes, lanchonetes, comércio de varejo, museus, praças, centros de ensino, repartições públicas, vendedores ambulantes e pôde-se perceber que eles exercem influência direta na circulação de pessoas.

Embora haja uma diversidade de usos na Praia Grande, existe uma região em que há uma maior concentração da diversidade de usos, o que acarreta numa desertificação das ruas em que não há essa multiplicidade, gerando uma sensação de insegurança para essas mulheres.

Portanto, cabe a reflexão do papel do urbanismo no que tange o combate as opressões vivenciadas pela mulher dentro do espaço urbano. Em razão disso, existem premissas urbanísticas que aliadas a perspectivas de gênero podem surtir efeitos positivos na dinâmica das mulheres ao vivenciar a cidade.

Por exemplo, a vigilância natural é imprescindível para a construção da sensação de segurança, uma vez que permite a nós mulheres ver e ser vista. É importante ressaltar, que a cidade deve oferecer ao vigilante natural atrativos para que ele permaneça no local, ou seja, a cidade deixa de ser apenas um local de passagem, mas sim um local de permanência, de observação e contemplação.

Outro fator relevante é a diversidade de usos e toda a heterogeneidade de pessoas que vem acompanhada dela, estabelecendo uma dinâmica saudável para os espaços que prezam por isso, e assim trazendo vitalidade para a região. A diversidade de usos deve estar espalhada homoganeamente no espaço urbano, para que se tenha um equilíbrio em relação a vigilância urbana.

A infraestrutura e a mobilidade agem diretamente no psicológico do cidadão, uma vez que são capazes de influenciar na sensação de pertencimento, na vontade de permanecer nesse espaço, e na percepção que se tem ao usufruir de determinado ambiente.

A multiplicidade de caminhos é capaz de gerar no pedestre a sensação de segurança e de domínio de sua experiência corporal. O mesmo acontece com a limpeza e a manutenção dos equipamentos urbanos, edificações e da vegetação.

Com base nas análises estabelecidas no trabalho, pôde-se concluir que há interferência direta do urbanismo na ocorrência da violência de gênero dentro do espaço urbano e conseqüentemente na corporalidade urbana da mulher. Devendo o urbanismo estar aliado a toda uma mudança cultural da sociedade, de forma que esta possa enxergar homens e mulheres em igualdade, compreendendo que o corpo da mulher pertence somente a ela e que deve ser respeitado aonde quer que seja. Portanto, acredito que a partir do momento em que o urbanismo sob a perspectiva de gênero possa ser de fato aplicado na Praia Grande, finalmente o bairro será visto não só como uma referência em centro histórico, mas sim, como um referencial em democracia, vitalidade, segurança, igualdade e diversidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. B.; ARAUJO, H. F. A. ; NOVAES, J. S.; NASCIMENTO, P. S.. **CARTOGRAFIA SOCIAL DA REGIÃO ECOLÓGICA DO BABAÇU: estratégias e interpretações dos processos sociais atinentes aos babaçuais**. In: VII Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2015, São Luis. VII Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2015.

ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. Corpo feminino e violência de gênero: fenômeno persistente e atualizado em escala mundial. **Soc. estado**. Brasília , v. 29, n. 2, p. 329-340, Ago. 2014 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922014000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 abr. 2018.

ANTUNES, L. P. S. G. **A arquitetura nunca mais será a mesma: considerações sobre gênero e espaço**. Revista do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade. Campinas, v. 7, n. 2 (2015).

ARAÚJO, Débora de. **A mulher e o direito à cidade**. Blogueiras Feministas, Belo Horizonte, 28 jul. 2015. Disponível em: < <http://blogueirasfeministas.com/2015/07/a-mulher-e-o-direito-a-cidade/>>. Acesso em: 22 mai. 2018.

ARAUJO, Maria de Fátima. **Gênero e violência contra a mulher: o perigoso jogo de poder e dominação**. **Psicol. Am. Lat.**, México , n. 14, out. 2008 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2008000300012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 25 abr. 2018.

BANDEIRA, Lourdes Maria. **Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação**. **Soc. estado**., Brasília , v. 29, n. 2, p. 449-469, Ago. 2014 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922014000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 abr. 2018.

BERTHO, Helena. **Delegacias da Mulher só existem em 7,9% das cidades brasileiras**. Revista AzMina, São Paulo, 31 out. 2016. Disponível em: < <http://azmina.com.br/2016/10/delegacias-da-mulher-so-existem-em-5-das-cidades-brasileiras/>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

BRITO, Fausto; SOUZA, Joseane de. **Expansão urbana nas grandes metrópoles: o significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza**. **São Paulo Perspec.**, São Paulo , v. 19, n. 4, p. 48-63, Dez. 2005 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392005000400003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 abr. 2018.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade**. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CHAUÍ, Marilena. “**Participando do Debate sobre Mulher e Violência**”. In: Franchetto, Bruna, Cavalcanti, Maria Laura V. C. e Heilborn, Maria Luiza (org.). *Perspectivas Antropológicas da Mulher 4*, São Paulo, Zahar Editores, 1985.

COURB Brasil. “**Mulheres no espaço urbano: como fazer cidades melhores para elas?**”. 04 Jul 2016. **ArchDaily Brasil**. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/790741/mulheres-no-espaco-urbano-como-fazercidades-melhores-para-elas>>. Acesso em: **29 nov. 2017**.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 2004. (Série Princípios).

COSTA, Vinícius Dino Fonseca de Castro e. **A invenção do centro histórico de São Luís/MA: sentidos de um lugar de memória**. 2017. 113 f., il. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Ciências Sociais)—Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

CUNHA, Erika Jorge Rodrigues da. **A natureza do espaço urbano: formação e transformação de territórios na cidade contemporânea**. Belo Horizonte: 2008.

DEAN, Jock. **Praia Grande, onde tudo começou**. *O Estado do Maranhão*, São Luís, 01 mar. 2015, Cidades, p.1.

FARINASSO, Gabriela Cascelli. **A Mulher no Espaço Público**. 2016. 69f. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília.

FERNANDES, Jomar . Formação Econômica do maranhão: superexploração e estado oligárquico como entraves ao desenvolvimento. In: VII Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2015, São Luís - MA. **Anais da VII Jornada Internacional de Políticas Públicas: para além da crise global: experiências e antecipações concretas**. São Luís-MA: Universidade Federal do maranhão/Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, 2015. v. 7. p. 73-86.

FERREIRA, Karen; SILVA, Gleyton. **Urbanismo Feminista**. In: XVII ENAPUR, 9, 2017, São Paulo. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sessoes_Tematicas/ST%209/ST%209.3/ST%209.3-01.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2018.

FERREIRA, Márcia Milena Galdez. “**Tudo é Desterro?**”: **construção e desconstrução de regiões no Centro Histórico de São Luís**. São Luís, 2005.

FILHO, Kleber P; TETI, Marcela M. **A cartografia como método para as Ciências Humanas e Sociais**. Barbarói, Santa Cruz do Sul, n. 18. Jan/jun/2018

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREITAS, Ana. **Por que cidades feitas para mulheres são mais igualitárias**. Nexo Jornal, São Paulo, 06 mai. 2016. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/05/06/Por-que-cidades-feitas-para-mulheres-s%C3%A3o-mais-igualit%C3%A1rias>>. Acesso em: 29 nov. 2017.

GARCEZ, Kedma Madalena Gonçalves. **Centro e centralidade em São Luís do Maranhão**. 2009. 121 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista,

Faculdade Ciências e Tecnologia, 2009. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/96683>>. Acesso em: 28 mai. 2018.

GEHL, J. **Cidades para Pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2013, p 3 - 116.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GORAYEB, Adryane; MEIRELES, Jeovah. **Cartografia social vem se consolidando como instrumento de defesa de direitos**. Rede Mobilizadores, 10 fev. 2014. Disponível em: <http://www.mobilizadores.org.br/coep/Publico/consultarConteudoGrupo.aspx?TP=V&CO_DIGO=C20142610482831>. Acesso em: 17 abr. 2018.

IPHAN. **Centro Histórico de São Luís**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Centro%20Hist%C3%B3rico%20de%20S%C3%A3o%20Lu%C3%ADs.pdf>>. Acesso em: 29 mai. 2018.

JACQUES, P. B. **Corpografias Urbanas**. 2008. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.093/165>>. Acesso em: 22 fev. 2018.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito À Cidade**. Tradução de Rubens Frias. Primeira Edição, Editora Moraes, São Paulo, 1991.

LIMA, Daniel Costa; BUCHELE, Fátima; CLIMACO, Danilo de Assis. **Homens, gênero e violência contra a mulher. Saude soc.**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 69-81, jun. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902008000200008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 28 fev. 2018.

MARICATO, Ermínia. MetrÓpole, legislação e desigualdade. **Estud. av.**, São Paulo, v. 17, n. 48, p. 151-166, Ago. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142003000200013&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 29 maio 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142003000200013>.

MATOS, Heloísa Reis Curvelo. **Análise toponímica de 81 nomes de bairros de São Luís/MA**. 2014. Tese (de doutorado em linguística). – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/8930/1/2014_tese_hrcurvelo.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2018.

MELO, Giovanna de Oliveira. **Urbanismo pela Perspectiva de Gênero**. 2017. 67f. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Centro Universitário Belas Artes de São Paulo.

MENEGHEL, Stela Nazareth; PORTELLA, Ana Paula. **Femicídios: conceitos, tipos e cenários. Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 9, p. 3077-3086, Set. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232017002903077&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 maio 2018.

MONTANER, J. M.; MUXÍ, Z. **Arquitetura e Política. Ensaios para mundos alternativos**. 1ª Edição. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2011, 253 p.

NÓBREGA, L. M. . **Gênero em Arquitetura e Urbanismo: Breve estado da arte e experiências recentes do Núcleo de Estudos em Espaço e Gênero (NEG/UFPE)**. In: XIX REDOR - ENCONTRO INTERNACIONAL DA REDE FEMINISTA NORTE E NORDESTE DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE MULHER E RELAÇÕES DE GÊNERO, 2016, Aracaju. Gênero, feminismo, poderes e políticas públicas: investigações contemporâneas, 2016. p. 387-403.

O que é a Amazônia Legal. **Dicionário Ambiental**. ((o))eco, Rio de Janeiro, nov. 2014. Disponível em: < <http://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28783-o-que-e-a-amazonia-legal/>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

PECCINI, Isabela Rapizo. **Cidade: Substantivo Feminino – As desigualdades de gênero e o espaço público (não) vivenciado pela mulher**. 2016. 157f. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 555.

PRADO FILHO, K & TETI, M.M. A cartografia como método para as ciências humanas e sociais. *Barbaroi* (UNISC. On line), v.1, p.45-59, 2013.

RAGO, Luzia Maragareth. **Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar (1890-1930)**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

RAMAO, Silvia Regina; MENEGHEL, Stela Nazareth; OLIVEIRA, Carmen. **Nos caminhos de lã: cartografando a subjetividade de mulheres em situação de violência de gênero**. *Psicol. Soc.*, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 79-87, Ago. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822005000200011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 jun. 2018.

SANTOS, C. M., & IZUMINO, W. P. (2005). **Violência contra as mulheres e violência de gênero: Notas sobre estudos feministas no Brasil**. *E.I.A.L. Estudos Interdisciplinarios de América Latina y El Caribe*, 16. Disponível em: <<http://www.nevusp.org/downloads/down083.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

SANTOS, Dorival dos. **CARTOGRAFIA SOCIAL: o estudo da cartografia social como perspectiva contemporânea da Geografia**. *InterEspaço*. Grajaú-MA, v. 2, n. 6 p. 28 DEZ. 2016. Disponível em: <<http://www.periodicos eletronicos.ufma.br/index.php/interespaco/article/view/6497>>. Acesso em: 17 abr. 2018

SANTOS, T. A. **A produção do espaço a partir de Henri Lefebvre e a dimensão espacial da ação política**. In: Geraldo Magela Costa; Heloisa Soares de Moura Costa; Roberto Luis de Melo Monte-Mór. (Org). *Teorias e Práticas Urbanas: condições para a sociedade urbana*. 1ª edição, Belo Horizonte: C/Arte, 2015, v. 1, p. 169-191.

SILVA, G.R.; FERREIRA, K. **Urbanismo Feminista**. XVII ENANPUR, São Paulo. Maio, 2017.

SILVA, A. M. C. E.; BAHIA, S. R.; DEMARTINI, J.. **E se essa rua fosse minha? A idiossincrasia da Experimentação de um Corpo Feminino no Espaço Urbano.** 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal Fluminense.

SOARES, Nana. Em Números: A violência contra a mulher brasileira. **Estadão**, São Paulo, 07 set. 2017. Disponível em: < <http://emails.estadao.com.br/blogs/nana-soares/em-numeros-a-violencia-contra-a-mulher-brasileira/>>. Acesso em: 5 mar. 2018.

TAVARES, Rossana Brandão . **Práticas sociais de resistência na perspectiva de gênero contra indiferença à diferença: por um planejamento de possibilidades.** In: XVII ENANPUR - Encontro Nacional a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2017, São Paulo. ST-10: PERSPECTIVAS PARA O PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 2017. p. 1-12.

VIEIRA, Lara Pita. **Manual de Táticas Urbanas Emergentes Sob a Perspectiva de Gênero.** 2016. 95f. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília.